

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TATIANE DOS SANTOS MEDEIROS

Introduzindo a discussão sobre a inserção do Serviço Social em um espaço de solidariedade técnica: um estudo sobre a experiência no SOLTEC/NIDES da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Dezembro, 2015

Tatiane dos Santos Medeiros

Introduzindo a discussão sobre a inserção do Serviço Social em um espaço de solidariedade técnica: um estudo sobre a experiência no SOLTEC/NIDES da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Elaine Martins Moreira

**RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2015**

Tatiane dos Santos Medeiros

Introduzindo a discussão sobre a inserção do Serviço Social em um espaço de solidariedade técnica: um estudo sobre a experiência no SOLTEC/NIDES da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Elaine Martins Moreira - UFRJ

Prof. Dra. Leile Silvia Candido Teixeira- UFRJ

Prof. Dra. Silvina Verônica Galízia - UFRJ

Prof. Dr. Felipe Addor – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por todas as coisas.

Agradeço aos meus pais, Esther e José pelo apoio, pela compreensão e pelo afeto durante a minha vida, ao meu querido irmão Pablo, por todo seu carinho e alegria.

Ao Eduardo, meu companheiro. Por seu amor, carinho, incentivo, paciência, e também, por suportar meus momentos de estresse durante esta jornada.

A toda minha família por suportar minha ausência nos últimos anos.

Às professoras Alejandra Pastorini e Silvina Galízia, pela oportunidade de fazer parte do Grupo de seu Pesquisa durante alguns períodos de minha graduação. A partir desta experiência, a minha graduação nunca mais foi a mesma.

Aos meus colegas da iniciação científica, por compartilhar os mesmos sentimentos nas proximidades da Jornada de Iniciação Científica (JIC) e nos congressos nos quais estivemos presentes. Agradeço também aos meus colegas da graduação, principalmente por estarem comigo nestes 5 anos.

A toda equipe do Serviço Social da Odontologia da UFRJ, obrigada por me deixar ingressar na experiência do estágio supervisionado com vocês.

A todas as minhas supervisoras de estágio, o meu carinho e respeito, pois a presença de cada Assistente Social foi essencial para a minha formação.

A todo corpo discente, docente e colaboradores presentes no Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. Com vocês, aprendi que o trabalho pode se tornar mais alegre e menos sofrido.

A todos os professores que aceitaram participar desta banca. Obrigada!

E por último, porém, não menos importante, à minha professora e orientadora Elaine. Pela paciência, compreensão, sinceridade e pelas horas em que você se dedicou neste trabalho junto comigo.

AUTORIZAÇÃO

Eu, Tatiane dos Santos Medeiros, DRE 110116854, autorizo a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro,2015.

RESUMO

Este trabalho trata sobre as possibilidades de intervenção do Serviço Social em espaços de atuação interdisciplinar neste caso no campo da formação na área tecnológica, através do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), mais especificamente no Núcleo de Solidariedade Técnica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ). Para tanto se apresentaram-se alguns elementos sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil e um breve debate sobre a Economia Solidária por se tratar de um tema que funda o trabalho do Núcleo. Em seguida, realizou-se a caracterização da organização do SOLTEC e, por meio de revisão bibliográfica, a análise de dois projetos nele contidos, relacionando-os com as competências do assistente social expressas nos princípios contidos no Código de Ética do Assistente Social de 1993 e na Lei 8662/93 que regulamenta a profissão no Brasil. Estes documentos dão concretude ao chamado projeto profissional do Serviço Social, e com sua análise identificou-se as possíveis atribuições para o profissional neste espaço sócioocupacional. Dentre as principais constatações estão a necessidade de autogestão e do aprofundamento da formação em torno da intervenção com organizações e espaços de ocupação não tradicionais à profissão, como são a extensão universitária e a assessoria a grupos relacionados à economia solidária.

Palavras-chave: Serviço Social; Economia Solidária; SOLTEC;

ABSTRACT

This study analyzes the possibilities of intervention of Social Work in interdisciplinary units, in this case, in the technological field through the Núcleo Interdisciplinar to Desenvolvimento Social (NIDES), specifically in the Núcleo de Solidariedade Técnica at the Federal University of Rio January (SOLTEC / UFRJ). With this purpose introduces some elements about the history of Social Service in Brazil and a brief discussion about Solidarity Economy, one of the fundamental topics of SOLTEC. Presents a characterization of the organization and, through literature review, analyzes two projects contained there, relating them to the skills of the social worker expressed in the principles contained in the Social worker's Code of Ethics of 1993 and in the Law 8662 / 93, which regulates the profession in Brazil. These documents establish the professional project of Social Service, and through their analysis allow identifying the possible assignments for the professional in this occupational space. Among the key findings and results, we can highlight the need for self-management and extensive training about intervention in organizations and non-traditional spaces of occupation for the profession, as University extension programs, and advisory groups related to Solidarity Economy.

Keywords: Social Work; Solidarity economy; SOLTEC;

LISTA DE SIGLA

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CELATS - Centro Latino-Americano de Trabajo Social
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
CORDEPE - Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão
EES - Empreendimentos de Economia Solidária
IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada
ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MDS - Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NIDES - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG's - Organizações Não Governamentais
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SOLTEC - Núcleo de Solidariedade Técnica
SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Apontamentos introdutórios para entender o Serviço Social	14
2.1 O repensar da profissão: movimento de reconceituação	21
2.2 A herança conservadora ainda presente no Serviço Social	25
2.3 Projeto ético-político do Serviço Social	29
2.4 A economia Solidária e o Serviço Social	32
3. O Núcleo de Solidariedade Técnica e o início da experiência do Serviço Social	43
3.1 O SOLTEC e a extensão universitária	46
3.2 A gestão do núcleo.....	47
4. O Serviço Social no Soltec: uma experiência incipiente.....	50
4.1 Análise dos Projetos Soltec - RIPER	53
4.2 Análise dos Projetos Soltec - SOLTEC	57
5. Considerações Finais	61
6. Referências bibliográficas	64
7. Anexos	68

1. Introdução

Neste trabalho estudamos as possibilidades de intervenção do Serviço Social em espaços de atuação interdisciplinar relacionando-se com profissionais da área de tecnologia social. A oportunidade de introduzir o estudo desta relação originou-se na minha experiência no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), mais especificamente no Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC), durante os anos de 2013 a 2015, como bolsista de extensão, e, no ano de 2014, também como estagiária de Serviço Social.

Importa explicitar que o campo de atuação do SOLTEC é interdisciplinar, porém, as atuações profissionais são hegemônicas pelas áreas da engenharia, o que torna ainda mais interessante por não se tratar de categorias com as quais os profissionais do Serviço Social estão habituados a trabalhar, como os casos das áreas de saúde, educação e psicologia. No que tange aos integrantes do Núcleo, segundo pesquisa realizada pela Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão (CORDEPE) do próprio SOLTEC, no ano de 2014, 52% por cento dos bolsistas eram alunos da graduação de engenharia, em suas diversas habilitações, e 48% eram alunos oriundos de outros cursos de graduação. Cabe ressaltar que o SOLTEC se caracteriza como um espaço sócio ocupacional diferenciado para o Serviço Social, devido a alguns aspectos apresentados, tais como: constituir-se em atividades de extensão universitária, trabalhar com os temas da economia solidária, autogestão, utilização de metodologias de pesquisa-ação e tecnologia social. Neste estudo, abordamos periféricamente um dos conceitos que fundamentam o trabalho do SOLTEC: a discussão em torno da economia solidária. Internamente, no Núcleo há discussões sobre o papel da extensão na universidade e a integração/interação de seus membros (docentes, estudantes e técnicos), o que será mencionado neste trabalho mais adiante.

Essa análise, como já mencionei, é fruto de algumas indagações feitas a partir da minha experiência na extensão universitária e adquirida também durante o último período de estágio curricular (estágio IV) realizado no Núcleo de Solidariedade Técnica. Em 2014, houve a entrada de uma profissional do Serviço Social. Desde que comecei a atuar como bolsista de extensão, identifiquei a

necessidade da atuação de profissionais ligados às áreas das Ciências Humanas nesse Núcleo, em especial, do Serviço Social, devido aos objetivos do trabalho realizado com grupos organizados, como, por exemplo, os catadores de materiais recicláveis. Existem ainda as linhas de pesquisa, a criação e desenvolvimento de projetos, bem como a articulação com movimentos sociais.

Diante disso, percebe-se que a atuação de um assistente social pode contribuir para o fortalecimento dessas ações de apoio técnico e político às organizações populares em contato no Núcleo. Também pode subsidiar novas discussões para a profissão e espaços de formação acadêmica para os estudantes de Serviço Social. Embora a permanência do profissional de Serviço Social tenha sido de apenas um ano, nossa análise não se invalida, uma vez que, não se trata de um relato dessa breve inserção, mas de pensar as possibilidades de trabalho de um profissional assistente social nesta área como contribuição para esse campo que tem recebido diversos estudantes de Serviço Social em seus projetos de extensão.

Partimos do pressuposto de que seria muito interessante um profissional dessa categoria no Núcleo, pois proporcionaria possibilidades de atuação em um campo de trabalho ainda atípico, por não ser comum assistentes sociais atuarem em instituições universitárias vinculadas exclusivamente à atividade extensionista. De modo geral, Assistentes Sociais são contratados pelas Universidades para o trabalho na área de assistência estudantil ou nos hospitais universitários.

Com este trabalho se pretendeu-se apontar as atribuições e competências da atuação de um(a) assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Para isso, fizemos um levantamento de dados e informações, baseando-se nos projetos desenvolvidos pelo Núcleo, relacionado à legislação profissional e também discorreremos sobre o processo de inserção do profissional do Serviço Social no SOLTEC, mesmo que por um breve período de tempo.

Espera-se ainda contribuir para que esta área que envolve extensão, tecnologia e desenvolvimento social se apresente como mais uma opção de estágio obrigatório, a partir do momento em que esteja em conformidade com as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as demais normativas concernentes à profissão.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, leitura de materiais para fundamentação teórica e análise documental dos textos de dois projetos do SOLTEC nos quais o Serviço Social pode estar inserido. A busca de referências bibliográficas pertinentes aos temas abordados se deu também com coleta das informações publicadas nos espaços de divulgação do Núcleo, nas oficinas realizadas pelos técnicos e professores, e ainda por meio dos registros feitos durante a participação em atividades de campo como observação participante.

No primeiro capítulo deste trabalho, trazemos alguns apontamentos sobre o Serviço Social por meio de um sucinto resgate histórico da profissão no Brasil, bem como seu marco legal atual, que se funda no projeto ético político profissional hegemônico contemporaneamente. Nesta mesma unidade, fazemos uma contextualização da proposta acerca da Economia Solidária e sua relação com o Serviço Social.

No segundo capítulo, o assunto discutido será a apresentação da instituição que estudamos, o SOLTEC, com algumas considerações acerca da análise de dois projetos do em que o Serviço Social pode se vincular e os possíveis resultados encontrados a partir dos dados no que se refere às atribuições profissionais. Por fim, tem-se as considerações finais.

2. Apontamentos introdutórios para entender o Serviço Social

Este capítulo tem por objetivo dar base para este trabalho e expressar os conteúdos teórico e metodológicos em que nos apoiamos para desenvolvê-lo. Sendo assim, trataremos de assuntos como o surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil, sua trajetória histórica, o movimento de reconceituação, a herança conservadora ainda presente no Serviço Social, a constituição do chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social, e, por fim, faremos algumas considerações sobre a Economia Solidária, já que foi um tema que apareceu no percurso de inserção no Núcleo/SOLTEC.

Sobre a trajetória e constituição da profissão de Serviço Social no Brasil, nos apoiamos nos estudos de José Paulo Netto e Marilda Iamamoto. Segundo Netto (2011), é somente no conjunto de processos econômicos, sóciopolíticos, e teórico culturais da ordem capitalista que se instaura o espaço histórico social para a emergência do Serviço Social como profissão, mais especificamente no período vinculado à dinâmica da ordem monopolista. A profissão é introduzida na divisão social e técnica do trabalho como executora de políticas sociais criadas para conter as sequelas da chamada “questão social”, isso se dará por meio do trabalho assalariado. No caso do Brasil, o princípio da intervenção será junto a organizações filantrópicas e/ou instituições criadas pelo Estado nos idos da década 1930 e 1940, especialmente.

De acordo com os estudos apresentados por Netto (2011), a “questão social” passou a ser considerada na Europa a partir da terceira década do século XIX, através do fenômeno do pauperismo¹. O termo passou a ser usado após a Revolução de 1848 por pensadores laicos e também pelo pensamento conservador confessional. As duas perspectivas tratam somente sobre formas de amenizar as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade capitalista. Especialmente na

¹ Segundo Netto (2011, p.153), trata-se da pauperização absoluta massiva da população trabalhadora, que se constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. Em que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” revelando, portanto, uma contradição fundante e permanente da sociedade capitalista e que se expressou de forma alarmante com o movimento de urbanização e concentração dessa população no espaço urbano.

França, neste momento, os trabalhadores se organizam e, se não conseguem manter uma alternativa ao regime capitalista, deixam evidente suas contradições e a possibilidade histórica de superá-lo. Para Netto (2011) uma das consequências de 1848,

foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de *classe em si a classe para si*. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. (NETTO 2011, p.156).

Apesar de importante, a Revolução é derrotada. A nova classe trabalhadora industrial ainda não tem o acúmulo político necessário para derruir as bases da sociedade capitalista. De todo modo, chamará atenção da burguesia e do Estado, os quais precisarão encontrar formas de responder a algumas de suas demandas de outra forma que não seja apenas no viés coercitivo, e, com isso, se abrirá a necessidade de políticas sociais, as quais estarão em permanente disputa entre a luta reivindicatória de uma classe e a necessidade de dominação ideológica da outra.

A “questão social” remonta a um momento marcante de avanço dessas medidas, destacado pelo autor, no “trato” dado à questão social, se dará na Europa após a Segunda Guerra Mundial, no período conhecido como *Welfare State*, que alguns economistas franceses e ingleses denominaram “as três décadas gloriosas” (1945 a 1975).

Já na década de 1970, que o capital demonstrou que não possuía nenhum compromisso social e, assim, “despiu a pele de cordeiro”, regredindo nas políticas do Estado Social, retomando ações mais duras contra os direitos dos trabalhadores para permitir a retomada de seus super-lucros. Estas décadas de maiores conquistas para os trabalhadores ficam restritas aos países centrais, não chegam à América Latina e especialmente ao Brasil.

No final dos anos 1960, muitos países do continente passavam por regimes ditatoriais, alguns com maior repressão militar que outros. Nos anos 1980 já foram indicadas políticas de reforma do Estado para a região no sentido de abrir espaço ainda maior para entrada do capital internacional, as quais se consolidaram nos anos

1990 com governos “democráticos” que adotaram, então, as orientações de agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI), impulsionando impactos negativos às condições de vida e trabalho das classes populares.

De acordo com Iamamoto (2001), para refletir sobre a “questão social” na cena contemporânea, importa destacar aspectos centrais, tais como: a lógica financeira do regime de acumulação, a flexibilização e reestruturação produtiva, a relação entre Estado e a sociedade e as formas de sociabilidade, pois

é nesse cenário que a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. [...] Aprender essas novas mediações é condição mesmo de assegurar a fidelidade ao método de Marx – em sua radical historicidade – desafiando os pesquisadores a decifram os processos sociais reais. (IAMAMOTO 2001, p.21).

Para Netto (2011) e Pastorini (2010), a “questão social” está vinculada à relação capital/trabalho, que tem como consequência deste processo, a exploração. Ambos concordam que, nos diferentes estágios capitalistas, a “questão social” assume diferentes manifestações; a “questão social”, porém, é única. Na contemporaneidade, devido às transformações no âmbito das condições e relações de trabalho promovidas pela reestruturação produtiva que provocou mudanças na forma de produção de mercadorias, bem como nos direitos dos trabalhadores individualmente e enquanto classe, isso é evidente. O que ocorre são novas formas de extração de lucros a partir de uma mesma jornada de trabalho, assim como novas formas de gerar a competição e individualismo entre os sujeitos que estão numa mesma condição de trabalho precarizado.

O Brasil, por sua condição de país colonial, tem muitas destas questões se sucedendo posteriormente ao tempo em que aconteceram na Europa, e outras nem ocorreram, como já destacamos no exemplo do Estado Social ou *Welfare State*. No que se refere ao “trato” dado à questão social, foi durante o período da República Velha (1930 - 1945) que se apresentou o ponto de partida para um novo modo de enfrentamento, o qual acontece por meio de mudanças da regulação dos contratos de

trabalho, das ações posteriores como a previdência, entre outras, consolidando assim, a ideia de cidadania regulada.²

Diante disso, podemos identificar neste período a inserção de assistentes sociais nas Caixa de Pensões e Aposentadorias, vagas nos serviços públicos, instituições para estatais, autarquias, entre outros.

Segundo Iamamoto & Carvalho (2011), a primeira grande obra particular deste período é a Associação Lar Proletário, em 1939, com 230 casas, desenvolvendo atividades tais como: seleção, pesquisa e orientações dessas famílias, realização de ações sociais em creches, maternidades entre outros. Os textos que descrevem as ações do profissional nestas décadas revelam uma atuação com a finalidade de garantir ao trabalhador e sua família um nível de vida conectado com a função que o trabalhador ocupa na empresa por um viés moralista e corretivo, numa perspectiva “educadora”, de acordo com a ideologia do empregador. Ou seja, a prática ocorre de forma controladora, adaptadora, moralizadora, agindo em consonância com seus empregadores, de quem os contrata do que com suas reais necessidades de vida e trabalho.

Diante disso, o projeto teórico do Serviço Social incorria em:

[...] práticas incipientes desenvolvidas – dos Assistentes Sociais orienta – se para intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução de enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da força de trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO 2011, p.224).

Nesse momento, Iamamoto (2011) expõe que a assistência social passa a atuar na prevenção dos “problemas sociais”, através da “tecnificação”, tendo por objetivo diminuir as situações de desajustamento do indivíduo na sociedade. A autora ainda cita que, neste contexto histórico, houve uma forte influência sob as formas de intervenção nos meios populares, por meio de um quadro exclusivamente feminino, composto de moças das classes altas da sociedade.

² Segundo Gomes (2002) essa cidadania como exercício dos direitos do trabalho, sendo identificada por alguns elementos, tais como: a ocupação formal do trabalhador, com Carteira de Trabalho assinada e a sindicalização do mesmo, entre outras medidas.

A trajetória histórica da profissão no Brasil inicia-se na década de 1930, mais especificamente em 15 de fevereiro 1936, quando foi inaugurada a primeira escola de Serviço Social no país, na cidade de São Paulo. Já na cidade do Rio de Janeiro, segundo Iamamoto & Carvalho (2011), o marco para a introdução do Serviço Social ocorre na Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, em 1936, e, no ano de 1937, surge o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar, por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS). Em 1938, foi criada a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores e, em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery. Este curso, posteriormente, deu origem à Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil.

Segundo Silveira³ (1940), na busca por uma formação técnica e especializada, o Programa geral da Escola Técnica de Serviço Social em 1939 era composto por disciplinas bastantes variadas, como, por exemplo: educação e economia domésticas, higiene geral, higiene do trabalho, legislação do trabalho (Direito do Trabalho e da Previdência), legislação sobre menores, psicologia experimental, uma disciplina de Serviço Social (prático) entre outros.

É neste contexto histórico, no governo de Getúlio Vargas, que são instituídas as leis sociais e trabalhistas, além da criação do Ministério do Trabalho, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), do documento que reúne as diversas legislações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, e a Reforma Capanema, entre outros.

Segundo Iamamoto & Carvalho, é um período de ampliação e consolidação dos campos de trabalho para o Serviço Social, como por exemplo, nas áreas da justiça, do trabalho, na saúde, prefeituras, fundações e desenvolvimento das grandes instituições sociais, como mostra o quadro a seguir feito pelos autores.

³ Material disponibilizado pela disciplina de Ética Profissional. Por se tratar de um material antigo não encontrou-se onde foi publicado. Apenas o autor e o ano.

Ano	Estado – paraestatal autarquia	Particular
1939	Juízo de Menores Serviço Social da Prefeitura do Distrito Federal	Associação Lar Proletário
1940	Escola de Serviço Social (Ana Nery) Serviço Social da Policlínica de Botafogo	Associação das Senhoras Brasileiras
1941	Ministério do Trabalho (Fiscalização) Serviço Social da Imprensa Nacional	Serviço Social do Patronato da Gávea Serviço Social da Escola Gonzaga Júnior
1942	Serviço de Assistência ao Menor Serviço Social do Hospital Artur Bernades IAPC Legião Brasileira de Assistência	Serviço Social da Casa da Empregada Paróquia Santa Teresinha Serviço Social da Casa do Pobre Escolas de Serviço Social
1943	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Confederação dos Círculos Operários Cia. de Seguro Carioca Sul - América
1944	Serviço Social do Instituto de Cardiologia Ministério da Aeronáutica IAPIA Serviço Social do IAPM – IAPTC CAPSPDP CAPLR – IPASE - CAPFCB	Casa do Comércio “A exposição” Ação Social Arquidiocesana Serviço Social da Cia. Petropolitana de Fiação e Tecelagem Cia. Carioca Industrial Campanha de Redenção da Criança
1945	Serviço Social dos Servidores da Prefeitura	Cia. Cerâmica Brasileira Fazenda S. José (Serviço Social Rural)
1946	SESC Fundação Leão XIII	AGIR (Empresa editorial) Fábrica Bonsucesso 1947
1947	SESI	

IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p.209.

Nas décadas de 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro recebe forte influência norte americana, que tem ênfase no tecnicismo, possuindo como fonte a psicologia e a sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Tendo, por sua vez, a lógica de ajustamento e de ajuda psicossocial, com práticas individuais e coletivas, desenvolvendo o “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo”. Essa perspectiva chegará por meio de livros e da formação de assistentes sociais com bolsas nos Estados Unidos, que depois trouxeram para o país a base teórica lá recebida. Mais tarde também houve influência norte-americana no “Serviço Social de Comunidade”, já no contexto da ideologia desenvolvimentista no Brasil e da política dos EUA da “Aliança para o Progresso”, uma ação que teve clara orientação de conter os avanços das ideias socialistas na América Latina.

Em seus estudos, Iamamoto & Carvalho (2011) explicitam alguns Congressos que marcaram essa trajetória do Serviço Social, tais como: o 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947 pelo Centro de Estudos e Ação Social, o 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado em 1945 no Chile, ainda com a perspectiva da continuidade com a influência norte-americana, e o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, que ocorreu em 1949, no Rio de Janeiro, cujo tema foi “O Serviço Social e a família”. Neste encontro, percebe-se um discurso menos religioso, porém, ainda encontramos ações direcionadas para a adaptação e correção do indivíduo na sociedade. Algumas décadas mais tarde, é realizado o 2º Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961. Paralelamente à expansão da atuação do assistente social, acontece a normatização referente à profissão instituída pela lei nº 1889 de 1953⁴.

No âmbito da formação acadêmica neste período, tem-se a criação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social em 1946 (atualmente denominada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABPESS, que orienta os cursos em seus Projetos Políticos Pedagógicos através de Diretrizes Curriculares) e, mesmo que num contexto formativo mais conservador, já exercia a importante tarefa de pensar a formação dos estudantes de Serviço Social.

⁴ Esta por sua vez foi revisada em 1993, aprovando a atual Lei nº 8.662/93, com modificações pontuais em 2010 referentes a jornada de trabalho de 30 horas semanais.

2.1 O repensar da profissão: movimento de reconceituação

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil seguiu distintas perspectivas e durou algumas décadas. Ele não foi exclusivo do nosso país, se deu também em outras regiões da América Latina, mas vamos nos dedicar apenas a situação brasileira. Segundo Coelho (2013, p.100), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro ocorre a partir de um contexto histórico, em que, de um lado, há alterações no padrão de acumulação do capital, desde a década de 1940, como também, a ampliação, consolidação e expansão do mercado de trabalho para profissionais do Serviço Social, que, nas décadas de 1950/1960, apresentavam novas requisições e demandas para a profissão; de outro lado, o aumento das insatisfações advindas das desigualdades sociais dispersadas pelos movimentos sociais, que exigiam da burguesia e do Estado burguês estratégias diferentes em relação ao enfrentamento das expressões da “*questão social*” do que as formas tradicionais baseadas fundamentalmente na repressão.

No que tange à renovação, de acordo com Netto (2011), inicia-se, na década de 1960, através do processo de erosão do *Serviço Social Tradicional*⁵, o Movimento de reconceptualização ou Reconceituação do Serviço Social.

O autor define Renovação como:

o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de resposta a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO 2011, p.131)

O *Centro Latino-Americano de Trabajo Social* (CELATS) teve um papel central no movimento de reconceituação porque, segundo Netto, o I Seminário Latino-

⁵ Entende-se por Serviço Social Tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “na correção - desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (NETTO, 1981, p.6)

Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, organizado pelo CELATS, foi o motor de partida desse movimento. O evento contou com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina, um número significativo considerando o momento histórico em que foi feito.

O CELATS possuiu sua origem no Instituto de Solidariedade Internacional (ISI) e desenvolveu muitas atividades a partir de meados dos anos 1960 até praticamente o fim de 1980.

Para além de uma intensa atividade editorial, duas merecerem especial destaque: a primeira, um projeto sobre alternativas da organização dos assistentes sociais em escala continental, foi absolutamente central para indicar caminhos ao associacionismo profissional em outros países; a segunda, o fomento à investigação acerca da história do Serviço Social na América Latina, resultou em obras que permanecem até hoje (NETTO 2005, p.15).

O CELATS, em meados de 1977, produziu pesquisas no sentido de aprofundar a análise das vinculações do Serviço Social com a ordem dominante. Um exemplo disto foi o livro escrito por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, já citado neste trabalho, que constituiu um marco da renovação crítica do Serviço Social brasileiro e base para compreender os fundamentos da profissão até a contemporaneidade.

Em relação à compreensão da importância deste processo de renovação do Serviço Social, segue uma síntese de quatro elementos apresentados por Netto (2011, p.135): (i) A inauguração do pluralismo teórico, ideológico e político no campo profissional, proporcionando assim, uma perspectiva para além do Serviço Social tradicional. (ii) o aumento da diferenciação das concepções acerca da profissão, (iii) interlocução com os problemas e com as disciplinas das ciências sociais e (iv) a constituição de uma vanguarda profissional.

Para Netto, a principal conquista da Reconceituação:

[...] parece localizar-se num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo [...] Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto de intelectual do assistente social." (NETTO 2005, p.12).

Para o mesmo autor, no Brasil, os impactos da Reconceituação foram peculiares. Isso ocorreu devido a alguns fatores, tais como: A ditadura implantada em 1964, que, ao representar os interesses do capital monopolista nativo e estrangeiro, particularmente o norte-americano, deixa uma herança desastrosa para a massa da população, e logo, importantes segmentos vinculados a contestação social. Outro elemento desta situação é que, com a dominação burguesa no Brasil, realizou-se uma “modernização conservadora”, que estimulou o desenvolvimento das forças produtivas, como também o crescimento de instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais, as quais demandaram mais técnicos em cada área e novas habilitações. Para o Serviço Social, ocorrerá uma demanda por um trabalho menos caritativo e mais profissionalizado, em acordo com as novas requisições das instituições empregadoras ligadas ao Estado autocrático.

Ainda de acordo com Netto (2005, p.17), dentro deste contexto, ocorrem diversas mudanças no Brasil, afetando a profissão no âmbito da prática e da formação profissional. Em relação à prática, podemos citar a expansão e consolidação do mercado de trabalho nacional para assistentes sociais, nas áreas de planejamento, administração, entre outros. No que tange à formação profissional, tem-se a reforma universitária, propiciando institucionalmente a interação com as disciplinas vinculadas às ciências sociais. Expande-se o número de faculdades públicas, porque anteriormente era somente através das entidades religiosas com caráter confessional que se formavam assistentes sociais.

Adotando a compreensão de Netto (2011), a Renovação do Serviço Social no Brasil é caracterizada por três perspectivas, a *modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*. De acordo com sua análise, temos o seguinte panorama.

A *perspectiva modernizadora* ganha mais força após o golpe militar, e seu conteúdo ideológico é exposto nos documentos dos Congressos de Araxá e Teresópolis. Esta teoria apresenta algumas características principais: é fundamentada na concepção estrutural funcionalista, tendo como base o pensamento positivista; constitui-se, pois, de um conteúdo reformista que “aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e

instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites” (NETTO, 2011 p.155). A sua hegemonia entrará em questão em meados dos anos 1970 devido à resistência de segmentos profissionais ao movimento de laicização, ou seja, que se opunham à profissionalização, a superação das práticas caritativas, fundamentalmente ligadas a princípios cristãos e, por outro lado, não contempla os setores profissionais que se opunham ao regime militar instaurado em abril de 1964, portanto, ficará com base restrita.

A segunda vertente da renovação, por sua vez, a perspectiva de *reatualização do conservadorismo*, se baseia na fenomenologia, a qual apreende a realidade por meio da percepção. Não reconhece o caráter de classe e beneficia-se do acúmulo de expectativas contidas no exercício do Serviço Social Tradicional. Busca dar “matrizes mais intelectuais e sofisticadas” ao conteúdo herdado da tradição católica e, ao mesmo tempo, destaque “às dimensões da subjetividade, ela atende às requisições fortemente psicologistas que surgem em amplos extratos profissionais” (NETTO, 2011, p.155). Isso lhe confere um cunho de novidade, porém, na medida em que atua com o indivíduo no mundo através de práticas tradicionais pautadas na ajuda psicossocial, está mesmo reatualizando um conteúdo já bem conhecido pela profissão, ou seja, recupera os componentes da herança histórica conservadora, colocando-os numa nova roupagem e se apresentando como uma nova via do Serviço Social.

A *Intenção de Ruptura*, terceira vertente identificada por Netto, tem influência da tradição marxista e manifesta uma intenção de romper com o chamado Serviço Social “tradicional”. Ela aproxima-se dos conceitos que apreendem as relações sociais, questionando o capitalismo e mostrando a exploração decorrente do mesmo. Esta vertente é dividida pelo autor, em três momentos no seu processo de desenvolvimento: *emersão*, *consolidação acadêmica* e *espraiamento* sobre a categoria. A *emersão*, no período compreendido entre as décadas de 60 e 70, com sua primeira experiência realizada no Brasil ficou conhecido como o “Método BH”:

Quaisquer que sejam os progressos da investigação acerca do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir da década de sessenta, a elaboração do grupo de Belo Horizonte permanecerá como um marco [...] pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É absolutamente impossível abstrair a elaboração

Ainda sobre o Método BH, é importante ressaltar que este trabalho foi uma construção alternativa ao Serviço Social tradicionalista, apresentando-se com um traço explícito do projeto de ruptura. Este método colaborou também para um suporte acadêmico na formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

Na *consolidação acadêmica*, ocorre a expansão dos cursos de qualificação de professores; houve também um grande crescimento na produção da nossa literatura e muitas divulgações da perspectiva histórico-crítica. Cabe ressaltar que, nesse momento, estávamos em um período de lutas, resistências e surgimento de novos sujeitos sociais decorrente do processo de reabertura democrática.

Netto (2011) afirma que o espraiamento junto à categoria tem como marco o no 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como “Congresso da Virada”, em 1979. Neste evento é que a perspectiva histórica-crítica é disseminada entre um maior número de assistentes sociais, bem como importantes deliberações políticas são aprovadas pelas/os congressistas com nítido caráter de apoio às lutas populares.

2.2 A herança conservadora ainda presente no Serviço Social.

A população de modo geral, seja ela a cidadã usuária de ações de assistentes sociais ou mesmo os profissionais com os quais o Serviço Social trabalha, ainda desconhece a natureza, a história acerca da profissão e a direção política da atuação de um (a) assistente social na contemporaneidade. De imediato, relaciona-se o Serviço Social com: “a assistência social”, “aquela pessoa que irá me ajudar a resolver alguns problemas”, entre outros pensamentos disseminados no senso comum. Pode-se problematizar sobre o que contribui para que a construção desta imagem histórica da profissão, “da pessoa boa, que realiza caridade e filantropia”, e que, acima de tudo, tem uma “vocação especial em ajudar o próximo” ainda permaneça com tanta frequência.

Por outro lado, identificam-se equívocos de interpretação também no interior da profissão, ou seja, dentro do corpo profissional existiram, e existem diferentes concepções teórico práticas a respeito do que compete ao Serviço Social. Na dimensão histórica, um autor como Montañó (2009) definiu duas perspectivas hegemônicas de interpretar o surgimento da profissão: a endogenista e a perspectiva histórico crítica. A primeira tese “sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na questão social” MONTAÑO (2009, p.19).

Já a segunda tese:

entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2009, p.30)

Observa-se a diferença entre as duas compreensões. De modo que, na primeira, o surgimento do Serviço Social refere-se a uma continuidade, um movimento linear, progressivo da ajuda, através da adoção de novas técnicas e metodologias. Essa relação de continuidade adquire grande visibilidade devido ao papel da instituição Igreja no conjunto profissional.

Na segunda perspectiva, o surgimento do Serviço Social é compreendido como um produto histórico em que, segundo Netto (2011, p.72), a concretização da ruptura se dá no momento no qual objetivamente a condição do agente e o significado da sua ação se inserem na relação de assalariamento, com todas as consequências. A partir disso, há um novo sentido na reprodução das relações sociais.

Diante disso, para tomar conhecimento de onde veio este caráter conservador e filantrópico que resiste em deixar o Serviço Social, apresentam-se alguns elementos ao longo deste tema, como, por exemplo, a herança conservadora no Serviço Social, por meio de ações da Igreja Católica.

O fundamento da herança conservadora no Serviço Social, segundo Yamamoto (2000, p.18), é explicitado no momento em que o Serviço Social inicia-se a partir de um movimento social mais amplo, com bases confessionais, articulando a necessidade de formação doutrinária social do laicato, tendo em vista a presença mais ativa da Igreja Católica nos inícios da década de 1930. Essa ação da Igreja Católica

ocorria devido a crescente secularização da sociedade e as tensões existentes entre a Igreja e o Estado. Logo, iniciou-se a busca pela organização e qualificação de seus quadros intelectuais laicos para reagir a este processo.

Assim, no transcorrer do tempo, acontece a disseminação de diversas perspectivas acerca do Serviço Social, e, em um mesmo período histórico, pois a representação de uma profissão, por meio de uma categoria, não significa que esta por sua vez seja homogenia.

A perspectiva crítica tem o sentido de intenção de ruptura, ou seja, a ruptura com Serviço Social a-histórico, baseado em valores como ajuda, caridade e filantropia. Pode-se dizer que este movimento, saído do processo de renovação se consolidou nos anos 1990, é quem dirige na atualidade as entidades profissionais de formação e exercício profissional, conduzindo, portanto, uma proposta de diretriz política pedagógica do Serviço Social brasileiro. Todavia, essa direção tem encontrado dificuldades em se sustentar diante das ofensivas ideológicas e produtivas do capital, que cria um mercado para a maximização de seus lucros, através da expansão desenfreada de cursos de graduação pagos em modalidade presencial e na chamada educação a distância, o que vem impactando fortemente a formação acadêmica e a garantia da qualidade do trabalho dos novos profissionais.

Na atualidade, o (a) Assistente Social é um profissional que tem sua ação pautada legalmente sob diversos aspectos: possui o Código de Ética (1993), que determina os valores, a direção política e ideológica acerca de sua profissão; as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), destinada a parametrizar a formação acadêmica; e a lei de regulamentação da profissão, Lei 8662/93. Estes documentos, especialmente o Código e a Lei 8662, não são “novidade” para a profissão, já que existiram desde pouco depois de sua fundação, porém, seu conteúdo, as normativas e valores que sustentam são substantivamente diferentes e divergentes daqueles da ocasião de seu surgimento.

Neste trabalho nos dedicamos a refletir sobre as possibilidades de intervenção da assistente social. Para tanto, nos referenciamos na Lei 8662/93, a qual estabelece as competências do profissional:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;

Face ao exposto, compreende-se que a execução de tais competências citadas acima, não são congruentes com a ação de um profissional voltado para ações de caridade e filantropia, mas sim com a de um profissional capacitado tecnicamente para intervir na realidade social. Hegemonicamente, na formação profissional, temos orientação para a fundamentação do trabalho profissional na perspectiva teórico crítica à sociedade capitalista, e caberá ao profissional realizar complexas mediações requisitadas em sua ação, diante das constantes mudanças nas relações de trabalho contemporâneas.

Todavia, assim como no período da reconceitualização, apesar de haver uma direção teórica e política do Serviço Social brasileiro, as práticas profissionais não são homogêneas e nem todas seguem a mesma filiação teórica e política, e, conseqüentemente, haverá resultados e encaminhamentos práticos também distintos no seio da categoria, na sua relação com os usuários de seus serviços, com os empregadores e a sociedade em geral.

2.3 Projeto ético-político do Serviço Social

O atualmente chamado “projeto ético político do Serviço Social” se gesta a partir dos anos 1970 e tem, como marco histórico de fundação, o Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, realizado em 1979 no interior da profissão conhecido como “Congresso da Virada”, que já foi mencionado neste trabalho. Nesse evento, se explicita um novo um novo percurso para o Serviço Social brasileiro, por meio do conteúdo das moções aprovadas, na composição das mesas e debates, e, simbolicamente, na substituição das autoridades oficiais do regime por lideranças de movimentos sociais e sindicais na mesa de abertura do congresso.

Diante disso, o mesmo constitui-se num marco para a trajetória profissional que, por meio de sua vanguarda, conduzirá o processo de formulação dos documentos profissionais e do redirecionamento das entidades da categoria, o que, entre outros elementos, expressaram os valores e princípios do projeto ético político da profissão.

No processo de recusa e crítica ao Serviço Social tradicional é que se funda o chamado projeto ético-político. Este, por sua vez, é um projeto coletivo que compreende valores e orientações para os profissionais, relacionando-os com um projeto societário. Os debates acerca do mesmo ocorrem na transição dos anos 1970 para os anos 1980, a partir de alguns elementos centrais, como, por exemplo, a crise da ditadura acirrada pela retomada dos movimentos populares, a reinserção da classe trabalhadora no cinturão industrial de São Paulo, a consolidação do papel progressista exercido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidades como a Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entre outros (NETTO, 1999, p.10).

Durante a construção do projeto ético-político, encontramos outros aspectos importantes, como as produções acadêmicas e o acúmulo teórico na área do Serviço Social, na década de 1980, a instauração do pluralismo no interior da categoria, a aproximação com a teoria marxista e a consolidação de algumas conquistas instituídas no Código de Ética de 1986, que foi revisado em 1993, a Lei de regulamentação da Profissão e a Revisão Curricular todos nos anos 1990.

Segundo Coelho (2013, p.108), a contribuição mais significativa da perspectiva histórico crítica para o Serviço Social brasileiro e latino-americano é a apreensão da

concepção acerca do Serviço Social como uma profissão, em que suas particularidades podem ser reveladas na totalidade do ser social, considerada em suas dimensões históricas, ético-políticas, técnico-operativas e teórico metodológicas. Segundo esta perspectiva, a profissão resulta das contradições inseparáveis das relações que as classes estabelecem entre si na sociedade, na qual traz à tona as expressões da “questão social”. Neste contexto, a profissão é demandada através do capital e do trabalho para intervir nessas expressões.

Este projeto profissional também gerou no interior da profissão alguma incompreensão, especialmente pelo fato de o mesmo não se apresentar concretamente em um único documento ou “tratado”. Diante disso, sentiu-se a necessidade de explicitar a sua concretude no exercício do Serviço Social. Desse modo, Braz (2008) exemplifica que a materialidade ao projeto pode se dar a partir de três dimensões articuladas entre si: (i) dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; (ii) dimensão político-organizativa da categoria; e (iii) dimensão jurídico-política da profissão.

As dimensões citadas acima compõem o arcabouço do projeto ético-político, ou seja, ele se expressa por meio dos estudos e pesquisas profissionais, através da ação política das entidades da categoria e também por meio do conteúdo dos documentos que regulamentam a formação acadêmica e a ação profissional. Essas dimensões articuladas entre si, com o movimento contraditório e complexo da realidade, exprimem as normatizações, os valores e os princípios que estruturam este projeto e que devem pautar a prática profissional no interior da sociedade capitalista em que vivemos.

No que diz respeito ao Projeto Ético-Político, Coelho diz:

Defende a ruptura com o conservadorismo na direção da emancipação humana, e segmentos no interior desse projeto consideram que ela pressupõe a superação da sociedade capitalista. O projeto [...] pauta-se nos valores da liberdade - como valor ético central - e das demandas políticas a elas inerentes, como a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, dos direitos humanos sociais, civis e políticos da classe trabalhadora, da democracia, como socialização da riqueza socialmente produzida, equidade e da justiça social, do pluralismo, com respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas. (2011,p.128)

Diante disso, observa-se que este Projeto é um processo contínuo em constante desdobramento, que demonstra o amadurecimento da profissão conquistado ao longo destes anos. Compreende a dimensão ético política levando em consideração o movimento da realidade, por meio da perspectiva histórico-crítica, posicionando a profissão diante das expressões sociais decorrentes da luta de classes.

De acordo com Netto (1999, p.17), o projeto ético-político conquistou a sua hegemonia na década de 1990 através do seu fundamento teórico e metodológico. Porém, é bom lembrar que, mesmo sendo hegemônico, não é único, e isto significa que diferentes projetos coexistem dentro da categoria profissional, com diferentes objetivos e perspectivas acerca da profissão e da realidade.

Netto (1999, p.19) afirma que, no contexto neoliberal, em que se tem a implementação de ações de privatização de setores importantes do Estado, a elevação do desemprego, a agudização da desproteção social, a intensificação da concentração de riqueza, dentre outros aspectos, a luta pela implementação e defesa do projeto ético-político, na atual sociedade, demonstra um sinal de “atraso”. Em síntese, seria andar na “contramão da história”. Por isso, entende-se que o projeto ético-político é uma arma no combate ao neoliberalismo, que, enquanto projeto profissional, possibilita se tornar um projeto solidário ao projeto que interessa a massa da população.

Na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, algumas discussões evidenciaram-se na trajetória percorrida pelo Serviço Social, dentre elas: os debates éticos, pautados nos eventos nacionais da categoria, estimulando a produção no campo da ética; e o debate dos Direitos Humanos, devido ao avanço do neoliberalismo, em decorrência da regressão dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, como também, a crescente destruição das condições de humanização da vida social e da natureza. (Barroco & Terra, 2012, p.50)

Pode se entender que, profissionalmente, o projeto ético-político é uma base para sustentar a atuação profissional crítica, possibilita se tornar solidário ao projeto que interessa a massa da população trabalhadora, porém, estes elementos não se põem apenas abstratamente, mas devem materializar-se em ações cotidianas do indivíduo profissional e na sua relação com a coletividade. Desse modo, a ação

comprometida com tal projeto é muito desafiadora e complexa para o conjunto profissional. Porém, o importante é que essa complexidade seja entendida de modo a mostrar o rigor que exige o sentido da qualificação técnica e aprimoramento intelectual permanente, mas também os limites da intervenção profissional nas ações imediatas para que os profissionais não caiam na reprodução de práticas reiterativas ou mesmo em situação de desilusão diante dos percalços e oposições encontradas nos espaços de ocupação.

2.4 A Economia Solidária e o Serviço Social.

A experiência que estamos estudando se dá na universidade através da Extensão. Em relação à perspectiva que orienta este trabalho, há um importante tema que é a economia solidária. Ela é estudada no Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) pelos profissionais e também discutida em seus pressupostos teóricos e políticos com os extensionistas. Portanto, para entender a inserção do assistente social em um campo como este, vamos precisar nos aproximar da discussão teórica que gira em torno desse assunto.

O SOLTEC se propõe a disseminar tais valores em seu cotidiano e, para melhor compreensão de que se trata, vamos apresentar um breve contexto sobre a economia solidária, apontando alguns conceitos e marcos históricos. Lembrando que, neste trabalho, não tem se a pretensão de esgotar o tema, mas situar a inserção do profissional do Serviço Social nessa área.

De acordo com Singer (2002, p.24), a origem histórica da economia solidária se dá no contexto um pouco depois do capitalismo industrial, na Grã-Bretanha, onde, naquele momento, evidenciava-se o empobrecimento dos artesões em decorrência da exploração do trabalho nas fábricas, já que não havia limites legais, o que ameaçava a reprodução biológica do proletariado.

Ainda de acordo com o autor, as cooperativas operárias possuíam um papel central na luta de classes conduzidas pelos sindicatos, que obteve seu auge em 1833. Nesse momento, foi aprovado o *Factory Act*, que estabelecia uma legislação protetora do trabalhador de fábrica. Esse processo de lutas dos sindicatos, utilizando as

cooperativas contra os capitalistas, marca o surgimento da economia solidária (2002, p.32-33).

Atualmente, Singer (2002,p.112) elucida que o programa da economia solidária se baseia na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. E é neste processo que segundo o autor, ocorre a recente reinvenção da economia solidária. Esse é o caso do Brasil, onde essas “ideias” são assumidas por organizações da sociedade civil e, posteriormente, como política pública, especialmente a partir dos mandatos de Luis Inácio da Silva, iniciados em 2003. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego⁶ (MTE) brasileiro, a economia solidária:

Se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

Com a ação governamental do executivo federal, observa-se que, nos últimos anos, tem-se obtido maior investimento de governos municipais e estaduais, como também, tem crescido o número de programas voltados à economia solidária. Concomitante a isso, surgiu um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

Neves (2013,p.135) aponta que, no atual cenário, levando em consideração o quadro político, as estratégias do capital e as mudanças na esfera do mundo do trabalho, a Economia Solidária galga espaços e polariza diversos debates nos temas relacionados ao desemprego, geração de emprego e renda, e ações políticas voltadas ao combate à vulnerabilidade social. Além disso, a economia solidária abarca uma gama de práticas econômicas e sociais, como, por exemplo, cooperativas, empresas

⁶ Fonte: Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economiasolidaria-no-brasil.htm>> acesso em: 05/05/2015

auto-gestionárias, clubes de trocas, associações e Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA),

a economia solidária, sob suas múltiplas formas organizativas, pode ser uma das alternativas para desenvolver a estratégia de inclusão produtiva proposta pelo governo federal. No entanto, para considerar essa possibilidade, é necessário analisarmos os desafios estruturais e políticos que uma estratégia dessa natureza enfrentaria para se consolidar.

Algumas dificuldades identificadas a partir de estudo⁷ realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram: dificuldade de comercialização dos produtos dos EES, pois geralmente estes ficam restritos ao mercado local; dificuldades enfrentadas pelos EES no acesso ao crédito (apontado por cerca de 50%) e acesso à assistência técnica (cerca de 30%). Outra limitação encontra-se na formalização dos EES, pois, de acordo com o estudo realizado, somente 10% conseguiram se formalizar como cooperativas, enquanto outros 52% são associações e 36% funcionam como grupos informais. Por fim, 22% deles não declararam o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do empreendimento e, por isso, encontram ou encontrarão problemas burocráticos se necessitar recorrer a algum tipo de serviço ou empréstimo.

É importante salientar que o governo vem atuando como formulador de políticas, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), ambos criados no ano de 2003. Estes órgãos possuem como objetivos promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social. A política social destinada a esse setor é formulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que é o responsável por incorporar as demandas da área da economia solidária. Em consequência disso, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), instituída pela Lei 10.683 de 28 de maio de 2003. Dentre as suas atribuições está:

⁷ Fonte: Dados coletados segundo o Mapeamento Nacional de Economia Solidária, realizado pela Senaes/MTE, entre 2005 e 2007 em 2.934 municípios.

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária; XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo⁸.

Um exemplo dessas ações aparece no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), instituído pelo Decreto nº 7.492, de junho de 2011, pela presidente Dilma Rousseff. O Plano possui três eixos; a garantia de renda; o acesso a serviços públicos (que incluem educação, saúde, assistência social e segurança alimentar); e a inclusão produtiva. Estes visam, segundo o documento oficial, elevar a renda per capita e melhorar as condições de vida dos beneficiários, como mostra o fluxograma a seguir:

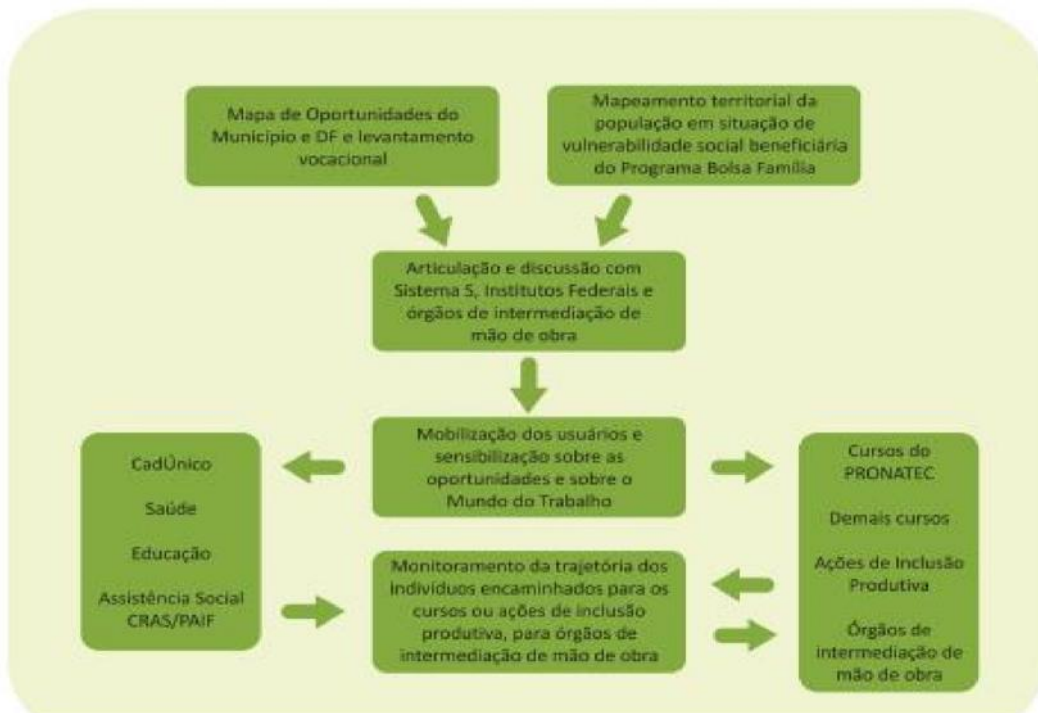


Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Neste trabalho, vamos citar dois exemplos de ações contidas no PBSM, ambas estão explicitadas no eixo de inclusão produtiva. O primeiro demonstra uma perspectiva da intersectorialidade das políticas e como elas podem se articular nos municípios, e o segundo aponta dados quantitativos de âmbito nacional sobre os resultados alcançados através das ações direcionadas para o campo da economia solidária.

⁸ Informações obtidas no site: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atribuicoes-da-secretaria-nacional-deeconomia-solidaria.htm>

Fluxo de Atuação do Programa ACESSUAS TRABALHO



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Diante deste fluxograma, podem-se apontar dois itens: (i) as dimensões políticas sociais a proposição de uma intersectorialidade e transversalidade na sua realização a partir da orientação contida no Plano; (ii) de acordo com Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) não é o responsável por realizar ações e executar cursos de inclusão produtiva, mas sim, de mobilizar, divulgar, sensibilizar e encaminhar os usuários às oportunidades com a finalidade da inclusão e “emancipação social”.

Podemos observar que as ações mencionadas são compatíveis com a inserção de um(a) assistente social no seu planejamento, implementação, execução e avaliação das políticas sociais, podendo atuar também na coordenação e execução e avaliação dos planos, programas e projetos, conforme previsão da lei de regulamentação da profissão, nº 8662/93.

No Caderno de Resultado⁹ do Plano Brasil sem Miséria, no eixo do fortalecimento e expansão da economia solidária, encontramos alguns dados referentes aos anos 2011 a 2014, que se apresentam a seguir:



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Segundo o gráfico, 241.562 pessoas e 11.173 empreendimentos de economia solidária foram beneficiados diretamente em 2.358 municípios brasileiros. Além disso, informações do MTE, inseridas neste caderno, dão conta de que 82,5 mil catadores de materiais recicláveis foram apoiados com ações de formação, assistência técnica, incubação e infraestrutura de apoio.

Com estas informações relacionadas à política pública de economia solidária, passamos a uma discussão teórica a respeito de sua introdução na sociedade capitalista. Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária¹⁰, a economia solidária possui três dimensões: a primeira é econômica e se expressa numa atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, através da autogestão; a segunda é cultural, e se percebe quando busca o consumo

⁹Fonte: Disponível:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm35anos.pdf

¹⁰ Disponível: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>

de “alimentos saudáveis da economia solidária”, que não afete o meio ambiente, que não possua transgênicos e que não beneficie grandes empresas; já a terceira é política, representada através de um movimento social ou outras organizações coletivas, que lutam por uma sociedade diferente, baseada nos valores da solidariedade, da cooperação, da democracia, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Singer (2002, p.123) aponta um momento importante, que é a constituição de uma rede Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), na década de 90, apoiada por Universidades, posicionadas dentro do movimento nacional de economia solidária, atuando de forma interdisciplinar, integrada por professores, alunos de graduação e de pós-graduação e funcionários. O subsídio desse apoio técnico, logístico e jurídico colaborou para viabilizar diversos empreendimentos autogestionários.

Segundo Gaiger (2003, p.15), a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista. Ainda de acordo com autor, no atual curso da economia solidária, independente de seus desdobramentos,

vale ter em vista um critério fundamental: apenas uma nova prática – aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática [...]que motiva a ir em busca das possibilidades de cumprimento daquelas exigências. Cabe frisar, uma vez mais, que o êxito em tal cumprimento não significará que os empreendimentos solidários estejam em vias de sobrepujar as empresas capitalistas, tornando-se disfuncionais ao sistema econômico para, a seguir, colocar em risco o próprio capitalismo. (GAIGER, 2003, p.21)

Diante disso, deve-se refletir que o possível papel da economia solidária, segundo o autor, ocorre na modificação da forma social de produção e também na capacidade de demonstrar que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas por dispor de vantagens comparativas, derivadas da sua forma social de produção específica.

Em relação a uma nova forma de produção, a mesma seria,

Vista de modo mais amplo, a questão incide na criação de novas forças produtivas – nesse caso, intelectuais – impulsionada por uma nova forma social de produção, a exemplo do ocorrido na aurora do capitalismo. Instaurada socialmente aquela demanda, pela presença da nova forma, introduz-se o processo inovador e criativo de desenvolvimento das faculdades humanas, cuja soluções, por seu turno, são suscetíveis de retroalimentar a demanda, em ciclos sucessivos. Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível, nos empreendimentos autogestionários, que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Desta feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua lógica própria. (GAIGER 2003, p.24)

Este assunto é cercado de polêmicas. Alguns autores criticam os limites da economia solidária como um novo modo de produção, dentro do contexto da sociedade capitalista e seus desdobramentos, como, por exemplo, Wellen (2012).

Segundo o autor:

As mudanças sociais defendidas pela “economia solidária” possuem limites claros e, ainda que sejam apelidadas por seus representantes de “socialismo” esse modelo não rompe com os principais elementos do modo de produção capitalista. Por isso, que se torna preciso fazer uma diferença entre transformação social e mudança social, visto que, enquanto aquela categoria pressupõe uma superação da ordem social, essa pode ser realizada dentro dos limites da ordem estabelecida, mantendo a essência social do atual modo de produção. (WELLEN,2012, p. 353)

O autor aponta ainda que os autores da economia solidária apresentam elementos mistificadores e que a mesma não pode se constituir como um projeto capaz de dar início à superação do sistema econômico vigente. Em contrapartida, Henriques (2013) explicita que

a combinação de uma perspectiva crítica com a utópica, sem perder de vista as condições reais das práticas de economia solidária, é importante para a construção de um projeto político emancipatório, que possa direcionar para a conquista das políticas públicas desejadas pelo movimento e evitar a apropriação do conceito por ideólogos do sistema capitalista. Entretanto, ter um projeto político que aponte para onde se quer chegar não pode ignorar as fragilidades existentes e as limitações impostas pelo sistema do capital. [...] Muito menos deve refutar as experiências realmente existentes pelo simples fato delas não se enquadrarem em esquemas teóricos previamente formulados. (2013,p.86)

Ao aproximarmos as questões referentes à economia solidária do campo do Serviço Social, percebe-se que, apesar do crescimento, o assunto tem um estudo limitado especialmente no âmbito da graduação. Basta realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática nos trabalhos de graduação, núcleos de pesquisas, discussões em sala e atividades acadêmicas na Escola de Serviço Social da UFRJ, dentre outros espaços, para observar essa baixa incidência.

Levando em consideração os autores apresentados neste trabalho e a breve discussão sobre a Economia Solidária e o Serviço Social, pode-se realizar um questionamento: seria possível o(a) assistente social atuar no campo da Economia Solidária? Neste estudo, encontramos uma pesquisa já realizada sobre este tema, à qual faremos referência aqui.

Neves (2013), pesquisando a produção teórica do Serviço Social sobre a economia solidária nas publicações dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social e em periódicos no período histórico compreendido entre o final dos anos 1990 até a segunda década dos anos 2000, encontrou alguns dados que vamos destacar. De acordo com o mapeamento realizado pela autora, foram identificados nos Congressos profissionais (CBAS -10º, 11º e 12º) - 62 trabalhos; nos anos de 2001 a 2007; já nos Encontros de pesquisa (10º e 11º ENPESS) - 41 trabalhos, nos anos de 2006 e 2008. Outra fonte foram as publicações em Periódicos (6 revistas da área) com 35 trabalhos, entre os anos de 1998 a 2009; nos trabalhos de Tese e Dissertações (13 programas de pós – graduação), identificou 25 trabalhos, nos anos de 1998 a 2008.

A autora, após a análise dos trabalhos, identificou algumas categorias analíticas transversais ao conjunto de trabalho selecionados, entre elas: “questão social”, pobreza, desigualdade social, trabalho, Estado, produção e renda, solidariedade, autogestão, cooperativismo, democracia, política social e cidadania. Vê-se que alguns destes temas são comuns e majoritários nos estudos do Serviço Social, porém, outros, como é o caso da autogestão, cooperativismo e até mesmo produção e renda, não são de fácil “circulação” nos estudos e na atividade interventiva dos assistentes sociais, significando, portanto, um resultado interessante para a categoria profissional e para o conjunto dos sujeitos aos quais se destina seu serviço. Segundo Neves

(2013), os trabalhos relacionados à economia solidária, ainda que com questões específicas, de modo geral, possuem um elemento comum: “a reivindicação da relação do Serviço Social com a economia solidária como compatível com o - e, no limite, como consequência necessária dos princípios do – projeto ético-político profissional” (NEVES 2013, p.185). Chama a atenção esse aspecto por duas questões: o chamado projeto ético político é expresso por um conjunto de valores que articulam princípios democráticos que orientam a prática profissional no contexto do capitalismo, no entanto, com nítida concordância com movimentos de superação dessa ordem, portanto, trata-se de uma proposta radical. Por outro lado, se vê uma exacerbação do uso deste projeto em distintas situações, correndo o risco de banalizar seu “uso”.

Por fim, em sua análise a autora identificou três tendências acerca dos trabalhos que articulam esta temática com a profissão. A primeira: de defesa aberta da Economia Solidária e da ordem capitalista; a segunda, de defesa direta da Economia Solidária e indireta da positividade burguesa; e a terceira a crítica à Economia Solidária. Parece-nos que estas tendências apontadas pela autora confluem para questões que estão colocadas de modo geral ao assistente social no desenvolvimento de sua atividade. Enquanto profissional que atua no âmbito do Estado, também aí haverá profissionais que teoricamente se vinculam à reprodução do Estado burguês, outros que farão a crítica a ele; porém, sabemos dos limites da ação pela condição de trabalho assalariado.

O assistente social pode desempenhar suas atividades em espaços sócioocupacionais não convencionais, como é o caso de organizações da economia solidária, como cooperativas de produção e comercialização de produtos e/ou alimentos, Organizações Não Governamentais (ONG's) que atuem com ações de inclusão produtiva, associações autogestionárias, entre outras, desde que estas tenham condição de contratá-lo como profissional para assistência técnica, ou, como ocorre com outros profissionais, por meio de assessoria proveniente de instituições públicas, como pode ser o caso da extensão universitária.

O profissional de Serviço Social pode intervir por meio do levantamento de informações relevantes na compreensão do perfil dos usuários, estudos socioeconômicos, e no processo de formação política junto a classe trabalhadora

tendo em vista a garantia dos direitos. E com isso, facilitando o acesso aos serviços e recursos relativos aos programas e políticas sociais, conforme o Código de Ética vigente.

Desse modo, vimos que, apesar de incipiente, vem ocorrendo uma articulação da profissão com essa área. Foram expostos alguns elementos concernentes a aproximação do Serviço Social ao campo da política da economia solidária que está vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas se relaciona com a assistência social de modo especial, por se tratar de ações de geração de trabalho e renda, inclusão produtiva que alcançam o público beneficiário dos programas de transferência de renda, por exemplo.

A partir disso, esperamos poder trazer contribuição para refletir sobre a possibilidade de atuação e intervenções realizadas pelo Serviço Social fora das áreas mais tradicionais, como saúde, assistência e previdência, por exemplo. Não se trata de subestimar as outras ou superestimar as possibilidades da economia solidária na superação da desigualdade social na sociedade capitalista. Todavia pode ser um espaço de maior alargamento da autonomia profissional. Além disso, é um tema interessante teórica e politicamente, que merece ser aprofundado e, no âmbito do trabalho profissional, ser melhor conhecido, para potencializá-lo como um campo de ocupação e de formação de futuros profissionais.

No próximo item, será apresentada uma breve exposição, ainda embrionária, da experiência do Serviço Social no SOLTEC, bem como, a análise de dois projetos contidos no Núcleo que materializam ações em que o assistente social pode exercer seu trabalho.

3. O Núcleo de Solidariedade Técnica e o início da experiência do Serviço Social

O Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) é um órgão suplementar, instituído em 01 de março de 2013 (de acordo com o Diário Oficial), localizado no Centro de Tecnologia da UFRJ, composto pelo SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica, entre outros grupos, cujas atividades estão alicerçadas nas seguintes linhas de pesquisa: Gestão de Projetos Sociais e Solidários; Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais e Tecnologia de Informação para Fins Sociais. O NIDES busca um espaço institucional que propicie a consolidação e articulação dos projetos de pesquisa, ensino e extensão já existentes.

No interior do NIDES, o Núcleo de Solidariedade Técnica constitui-se de um trabalho interdisciplinar de pesquisa, extensão e formação, composto por estudantes de graduação e pós-graduação, técnicos e pesquisadores, vinculado ao Departamento de Engenharia Industrial (DEI) e à Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR5), também localizado no Centro de Tecnologia, na sala ABC 112, com atuação externa à UFRJ, de acordo com as atividades de cada projeto. Sua criação data de 13 de março de 2003, e possui como objetivos¹¹:

Apoiar e desenvolver tecnicamente projetos sociais e solidários, por meio de metodologia participativa; Desenvolver conceitos e metodologias específicas no campo da Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário; Mobilizar e conscientizar os estudantes, desenvolvendo competências sociotécnicas, estimulando-os a participar de atividades e projetos de extensão que contribuam para a promoção do desenvolvimento e inclusão social; Fortalecer as ações locais e regionais no estado do Rio de Janeiro e apoiar movimentos sociais na construção de políticas públicas em âmbito nacional.

Esse Núcleo é composto pelos seguintes programas e projetos: Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca no Litoral fluminense (PAPESCA), Tecnologia para Fins Sociais (TIFS), Rede de Informações e Pesquisa em Resíduos (RIPER), Comunicação Comunitária, Pesquisa ação em Participação Popular e desenvolvimento local na

¹¹ Fonte: Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-nobrasil.htm>> acesso em: 05/05/2015>

Cidade de Deus, Fábricas Recuperadas e atuação em rede com Laboratório de Informática para Educação (LIPE), Laboratório de Fontes Alternativas (LAF AE) e Laboratório de Tecnologia de Alimentos (LTA). Sua estrutura organizacional é composta pelas coordenações: Comitê Gestor, Coordenação Executiva, Coordenação Geral, Coordenação de Comunicação, Coordenação TI, Coordenação Gestão, Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão, e, em 2013, cria-se a instância coordenada pelos bolsistas, chamada Comitê de Bolsistas (COB).

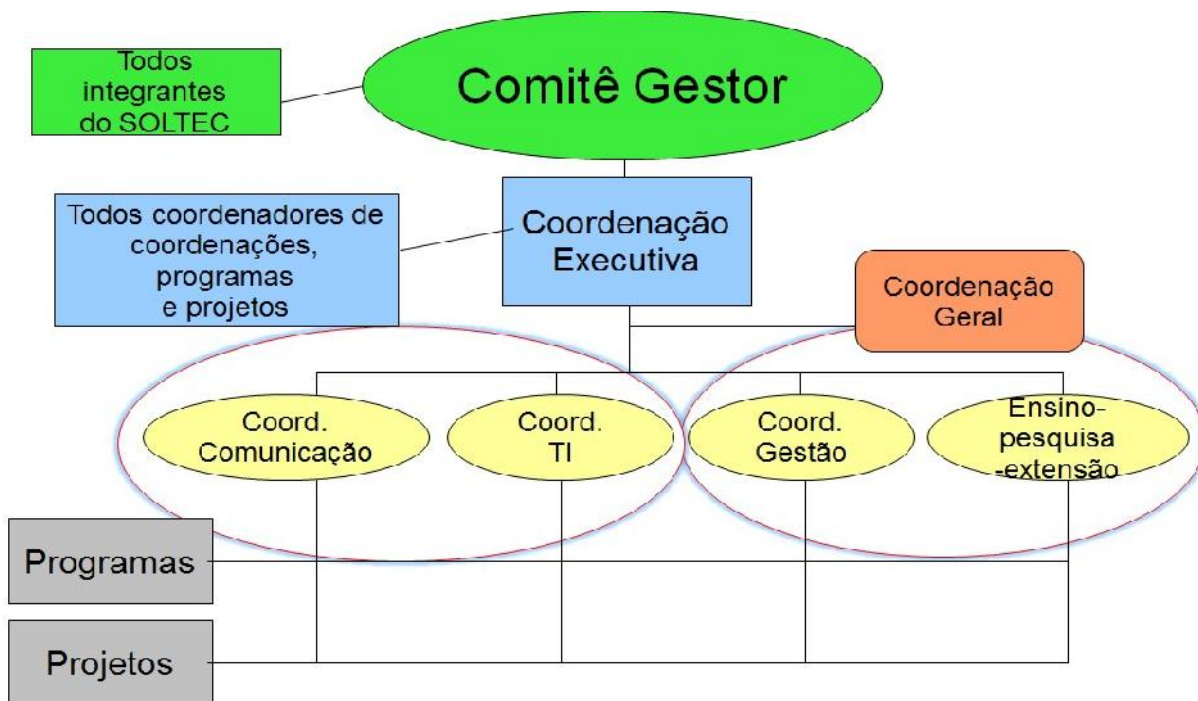
Em relação aos seus projetos, os mesmos são desenvolvidos em colaboração com órgãos do governo, ONGs, outros centros universitários de pesquisa e extensão, áreas da tecnologia social¹², economia solidária e atuações interdisciplinares.

De acordo com Addor (2015), o núcleo preza pelo desenvolvimento de políticas públicas, não se restringindo apenas a ações específicas e a territórios limitados, pois, cada projeto reflete como cada experiência pode contribuir na construção de políticas públicas. O autor explicita que, no campo econômico, atua-se na perspectiva da economia solidária, na atuação territorial, busca a gestão compartilhada de recursos naturais. Já a interação com a sociedade se dá através de metodologias participativas e, no desenvolvimento de soluções, utiliza-se a tecnologia social.

Os encontros e atividades do Núcleo têm por características fomentar espaços para a participação dos extensionistas por meio de rodas de apresentação, manifestações lúdicas, dinâmicas de grupo e o incentivo ao protagonismo estudantil. Seu espaço físico é aberto à diversidade e à pluralidade de formação e manifestação cultural dos bolsistas que o compõe, assim como os coordenadores ou técnicos. Em outras palavras, o espaço do SOLTEC é completamente heterogêneo.

No ano de 2015, diante de algumas mudanças internas ocorridas na estrutura organizacional do Núcleo, observa-se a criação de dois grupos de orientação para as Coordenações de Gestão e CORDEPE, formando a Gepe, e para a Tecnologia de Informação e Comunicação, formando a TICOM, como mostra a figura a seguir:

¹² O conceito de tecnologia social parte de uma crítica à neutralidade da ciência e tecnologia, assim, a tecnologia social visa a construção de uma sociedade com novas relações de produções sociais. (HENRIQUES, Flávio Chedid et al 2015, p. 248).



Fonte: <http://www.soltec.ufrj.br/index.php/soltec/equipe>. Adaptado e cedido por Felipe Addor.

Há uma diversidade de ações ou políticas sociais que são utilizadas em cada um de seus projetos. Citaremos algumas políticas, ou ações públicas, com as quais se relaciona de forma mais evidente. Por exemplo: (I) Políticas Públicas de Economia Solidária, (II) Plano de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, (III) Algumas linhas de pesquisa e extensão nas áreas da Gestão compartilhada de recursos naturais e Sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca, (IV), Política Nacional de Resíduos Sólidos (V), Plano Municipal de Resíduos Sólidos, entre outros.

Ainda sobre a caracterização do SOLTEC: o núcleo conta com significativo número de estudantes extensionistas. O ingresso ¹³desses bolsistas no Núcleo inicia através de uma seleção divulgada na internet, no site do Núcleo, através de e-mails e em grupos nas redes sociais. Em seguida, é realizada a análise dos currículos para a entrevistas, e os aprovados fazem um curso de seleção com 10 horas de formação, cujo objetivo é expor os projetos e programas realizados dentro do núcleo e levantar algumas discussões sobre o papel da extensão na universidade e na sociedade. A atividade de formação dos bolsistas também é continuada. Ela ocorre em quatro

¹³ Ingresso dos bolsistas referentes aos anos de 2013 e 2014.

oficinas realizadas durante o ano letivo, que geralmente acontecem aos sábados e em locais diferenciados, dentro e fora do Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As oficinas são temáticas, possuem em média seis horas de realização e contam com a presença dos coordenadores, bolsistas e pessoas convidadas.

Posteriormente, vamos explicitar a inserção do Serviço Social nos seguintes projetos: Rede de Informações e Pesquisa em Resíduos, RIPER, e Participação Popular e desenvolvimento local na Cidade de Deus.

3.1 O SOLTEC e a extensão universitária

Este espaço de formação possui um papel importante no fortalecimento da Política Nacional de Extensão na UFRJ. A extensão universitária é definida através do conceito elaborado pelo Fórum de Pró Reitorias de Extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras.

A Extensão Universitária sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2010)

Desde sua criação, o SOLTEC procura consolidar o tripé citado acima. Atualmente, ele contribui com a elaboração de ementas e projetos pedagógicos de disciplinas de graduação e de pós-graduação, tais como: Pesquisa Ação na cadeia produtiva da pesca no Litoral Fluminense (PAPESCA), Organização do trabalho e autogestão, Gestão cooperativada de resíduos sólidos e Gestão de Projetos Solidários.

De acordo com Addor (2015), a extensão universitária é fundamental para a formação de um profissional completo, pois, assim, ele se torna consciente da complexa realidade que o cerca, logo:

A participação dos universitários em projetos de extensão como esse é fundamental para a sua formação como cidadão e como profissional. Caso contrário, a realidade do aluno se restringe aos laboratórios [...] Não basta saber as teorias existentes, é necessário refletir sobre elas, criticá-las e saber

como se dá a sua relação com a prática em diferentes realidades. (ADDOR, 2015, p.223)

Portanto, o núcleo visa a desenvolver atividades de extensão e pesquisa, ampliando o diálogo com a sociedade, promovendo possíveis articulações políticas e subsídios à formulação e aprimoramento das políticas públicas. Não pensa a extensão com um olhar produtivista, com a finalidade de obter orçamentos, mas sim como tendo uma função de extrema importância, interligada ao projeto de um país.

De acordo com Boaventura (2008), a universidade pública é um bem público permanentemente ameaçado interiormente e exteriormente. Logo, a universidade não pode estar afastada de suas funções políticas ou da vida social e intelectual pelo seu elitismo, não questionando seu papel perante a sociedade e aos atores envolvidos por ela¹⁴.

3.2 A gestão do Núcleo

A priori, é importante ressaltar que os recursos financeiros do Núcleo são obtidos através de diversos editais, advindos em sua maioria dos seguintes Programas e órgãos: Programa de Extensão Universitária do MEC (Proext), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) e Programa Institucional de Bolsas de Eventos (PIBEV), sendo estes dois últimos próprios da Pró Reitoria de Extensão da UFRJ.

O Núcleo, como já mencionamos, possui a Coordenação de gestão SOLTEC, que tem por finalidade consolidar três eixos: a gestão de projetos, o fortalecimento da relação Institucional com a UFRJ e a Gestão do Núcleo. Nesses eixos, busca-se monitorar e controlar o andamento físico e financeiro dos projetos, integrá-los a projetos de outros laboratórios parceiros, fortalecer a relação institucional com a UFRJ e Fundações de Apoio a Pesquisa, planejar atividades do núcleo, bem como a

¹⁴ Atualmente, pode-se observar algumas destas ameaças através de cortes na educação federal. Para entender melhor as influências deste corte mais especificamente na UFRJ, podemos ler “UFRJ sob asfixia financeira”, no Jornal Sindical dos Docentes da UFRJ, disponível em: <<http://issuu.com/adufrj/docs/13102015/1>>

integração entre as coordenações, e promover um grupo de estudo direcionado à gestão de projetos com coordenadores e bolsistas.

De uma forma geral, o planejamento, o monitoramento e avaliação dentro da organização são realizados através de metodologias participativas, das quais podemos citar o Planejamento Estratégico de Ações (PEA), que ocorre somente no início do ano, com discussões sobre o que será desenvolvido pelos diversos projetos e coordenações do Núcleo no curto e médio prazo. Esse planejamento é realizado em 3 dias, nos quais há diversos debates sobre a universidade, a extensão, dinâmica de integração, atividades lúdicas, entre outros.

Durante o PEA, é realizado o planejamento das ações de cada projeto e /ou coordenação do Núcleo para o ano, com todos os integrantes que foram selecionados. O monitoramento acontece no decorrer do ano, por meio da verificação das atividades propostas no PEA, no redirecionamento de recursos e/ou ações, caso seja necessário, e do acompanhamento das atividades propostas no plano de trabalho de cada projeto.

Em relação à avaliação, cada programa e/ou projeto possui as suas especificidades, realizando, assim, da forma que melhor lhe couber, porém, a avaliação geral de todos os programas e/ou projetos é exposta no final de ano, num encontro realizado com todos os coordenadores e com os bolsistas.

Conforme mostrado em trabalho anterior¹⁵, a coordenação de gestão¹⁶ realiza observações no plano de trabalho, buscando identificar as ações já realizadas e as ações pendentes, verifica o *e-mail* institucional, os processos referentes a passagem, diárias, e, caso seja necessário, o remanejamento do orçamento e das atividades descritas nos projetos.

Tendo por objetivo otimizar o fluxo de informações entre todos os integrantes do Núcleo, são utilizados no auxílio do planejamento e no cotidiano do trabalho os recursos de ferramentas e sistemas *on-line* para compartilhar documentos, prestações de contas, elaboração de relatórios e também plataformas *on-line* de gestão de convênios e projetos. Porém, durante a execução das atividades, a coordenação de gestão enfrenta algumas dificuldades, como falta de ferramentas para sistematização

¹⁵ In: MEDEIROS, T.; Oliveira, T.; Oliveira, J.; CARVALHO, R. A gestão de projetos sociais e solidários num núcleo de extensão. Anais do 10º Congresso de Extensão, Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

¹⁶ Em tempo, participa também, na organização da seleção de novos bolsistas e socializa informações concernentes aos integrantes do SOLTEC e parceiros, através do e-mail: soltec_ufrj@yahoogrupos.com.br.

das atividades concernentes aos projetos, burocracia na execução financeira, alta rotatividade de bolsistas, a sincronização da agenda dos participantes para a realização de atividades concernentes à equipe e/ou grupos de estudos, entre outros.

4. O Serviço Social no SOLTEC: uma experiência incipiente

O SOLTEC, mesmo sendo um Núcleo originário da área acadêmica das ciências exatas, devido à orientação teórica e política da equipe, sempre recebeu entre os bolsistas estudantes de outras áreas como, por exemplo, das ciências sociais aplicadas, incluído o caso do Serviço Social, que tem vários estudantes selecionados. Conhecendo melhor a dinâmica do SOLTEC, a participação de docentes e técnicos da universidade e a atuação de seus coordenadores, percebe-se a possibilidade de trabalho para um assistente social no Núcleo. Então, passamos a pensar sobre essa articulação.

Outra motivação para a reflexão sobre a inserção de um profissional do Serviço Social no Núcleo refere-se ao interesse de estudantes de que o local possa se constituir em um campo de estágio supervisionado, para os bolsistas alunos de graduação do curso de Serviço Social que assim desejarem, pois estes estudantes cumprem a carga horária na extensão universitária em projetos que, por sua direção política e destinação técnica, podem abranger o trabalho de um assistente social, como veremos adiante.

A presença de um profissional desta categoria possibilita um estágio supervisionado dentro da extensão, tornando núcleo um espaço sócio ocupacional mais enriquecedor e diferenciado, como também possibilita momentos de formação através da reflexão em relação a teoria/prática, já que o Núcleo utiliza a metodologia da pesquisa ação na extensão universitária e discussões sobre alternativas à sociedade capitalista.

Após um período de expectativa, Julho de 2014 foi o mês do ingresso de um assistente social no SOLTEC, e isso foi possível após o SOLTEC compor o NIDES. No mês de outubro de 2014, foram realizadas diversas reuniões de articulação da Escola de Serviço Social (representada pela coordenação de estágio) com o Núcleo, tendo por objetivo pensar propostas e ações para a inserção da assistente social nesse campo.¹⁷ A partir deste momento, tem-se as primeiras ações realizadas pelo Serviço Social, estando o mesmo incluído no Programa de Pesquisa ação e

¹⁷ Segue em anexo neste trabalho o Plano de estágio como um dos produtos dessa articulação.

Participação Popular na Cidade de Deus (CDD) e na Rede de Informação de Pesquisa e Resíduo (RIPER).

A Pesquisa-ação em Participação Popular e Desenvolvimento Local na Cidade de Deus (CDD) tem como resumo da proposta do seu projeto trabalhar em conjunto na Pesquisa-Ação com a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local e com as organizações sociais de base comunitária e atores locais na formulação de propostas e implementação de ações, com base em processo de desenvolvimento local na Cidade de Deus, o qual já possui mais de uma década.

Pode-se considerar como fruto deste processo o tratamento das ações presentes no Plano de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus. Atualizado em 2010, tornou-se o foco principal para a implementação do Programa "pesquisa-ação em participação popular e desenvolvimento local na Cidade de Deus", [...] fortalecer a atuação pelas linhas temáticas: Comunicação e Cultura; Geração de Trabalho e Renda (com foco no Banco Comunitário da CDD); Educação; Esporte; além de uma linha pluritemática, abrangendo ações gerais em saúde, meio ambiente, habitação e promoção social.

O processo também se destina a gerar subsídios para que os atores e organizações locais assumam a mediação de processos e estratégias participativas junto à população do território, com a organização de dois grandes fóruns comunitários, um por semestre. O tripé teórico metodológico é formado pelos conceitos de Pesquisa Ação, Democracia Participativa e Desenvolvimento Local.

Em relação à Rede de Informação de Pesquisa e Resíduo (RIPER)¹⁸, a mesma foi formada por membros do SOLTEC em fevereiro de 2009, inicialmente como um projeto de extensão. Essa rede tem como objetivo identificar a situação da produção, coleta, transporte, beneficiamento, destinação final dos resíduos, assim como as políticas públicas nas três instâncias de governo, com vistas à elaboração de propostas que visem melhorar as condições sócio-ambientais através do fortalecimento das redes e cadeias solidárias de resíduos.

Considerando que a coleta seletiva é a mais adequada forma de destinação final dos resíduos, a RIPER atua de modo a contribuir para criação de condições favoráveis ao fortalecimento das cooperativas e dos catadores, dos empreendimentos

¹⁸ Fonte: Informações obtidas no texto do Projeto, que será anexado ao trabalho.

e dos trabalhadores da economia solidária. Como também, contribuir para a criação e/ou fortalecimento de redes solidárias de resíduos.

Em ambos os projetos, a atividade do assistente social teve por objetivo conhecer a realidade dos usuários para, a partir de então, construir um projeto de intervenção do Serviço Social para o Núcleo.

Para tal, utilizaram-se como parâmetro as competências e habilidades dos profissionais, como estabelecidas na lei 8662/93, as normas e legislações concernentes à profissão, e fundamentalmente o Código de Ética vigente. Considerando a presença de estudantes de Serviço Social bolsistas, esses passaram a acompanhar as atividades do assistente social e, desse modo, também importou se remeter à Política Nacional de Estágio da ABEPSS para orientar a supervisão de estágio.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas reuniões de articulação da Escola de Serviço Social (representada pela coordenação de estágio) com o Núcleo, tendo por objetivo, pensar propostas e ações para a inserção da assistente social neste campo.

Neste período como extensionista, pudemos iniciar alguns trabalhos acadêmicos dentro dessa temática, como, por exemplo, a apresentação no Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, ENEDS, e a apresentação no Congresso de Extensão da UFRJ, ambos no ano de 2014; essa iniciativa, inclusive, é muito incentivada pelos coordenadores.

Para dar mais elementos para nosso estudo e mais visibilidade às possibilidades de intervenção do Serviço Social no SOLTEC, realizamos uma sistematização das ações de dois dos projetos, os quais, segundo nossa fundamentação, estão de acordo com a competência do profissional dessa área¹⁹. Organizamos um quadro em que vamos destacar as principais informações identificadas no texto dos projetos do SOLTEC, com os quais vamos buscar “dialogar” no intuito de identificar as competências profissionais do assistente social, segundo a regulamentação profissional. Esse conteúdo estará numa definição sucinta do projeto;

¹⁹ Anexo ao trabalho está a folha introdutória dos projetos estudados.

depois seus objetivos e, por fim, elencamos as ações, ou atividades, as quais podem ser desenvolvidas com participação ou até mesmo sob a responsabilidade de um assistente social.

4.1 Análise dos Projetos do SOLTEC - RIPER

A seguir, observa-se uma breve análise sobre a Rede de Informação de Pesquisa e Resíduo (RIPER) – no Programa de Extensão Universitária (ProExt) 2014. E posteriormente, seguem algumas considerações sobre esta análise.

Apresentação:

A RIPER segue a diretriz do SOLTEC/UFRJ que se define como um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e ensino, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

A proposta da RIPER é incluir a Economia Solidária, organizadas em redes e cadeias, dentro de uma plataforma de desenvolvimento nacional, interferindo, portanto, nas políticas públicas do país – não só as políticas governamentais, mas toda e qualquer política voltada para a população brasileira.

Neste intuito, a formação do trabalhador e a contribuição das ações de extensão universitária é central, pois se evidencia a baixa escolaridade dos trabalhadores que trabalham com a reciclagem. A formação é reiteradamente um ponto importante no processo de desconstrução dos valores das relações patrão empregado, sendo os trabalhadores educados para a autogestão e demais princípios do cooperativismo.

As tecnologias é um conjunto de ferramentas de gestão e de produção. Nesse processo, há uma visão ampla de formação, que inclui a própria dimensão técnica da produção, a gestão e também a escolarização formal.

Objetivos

- Apoiar e desenvolver a reciclagem através da coleta seletiva com inclusão social, fortalecendo o elo mais frágil da cadeia: as organizações de catadores.
- Buscar meios para estruturar as cooperativas de catadores, a partir da articulação de uma rede de colaboradores e operadores.
- Desenvolver metodologias e técnicas no campo das tecnologias sociais que possam ser reaplicadas.
- Envolver estudantes desenvolvendo competências sócio-técnicas a partir do relacionamento dos alunos com trabalhadores de organizações que realizam coleta seletiva.
- Colaborar com o desenvolvimento de um sistema de informação dos operadores da coleta seletiva.
- Promover e/ou apoiar ações de formação para os catadores.

Atividades e/ou ações

- Elaborar um diagnóstico situacional de cada uma das cooperativas assessoradas.
- Dar suporte ao Fórum da Reciclagem, fortalecendo o elo mais frágil da cadeia que são as cooperativas de catadores.
- Fazer o levantamento de dados junto às cooperativas.
- Elaborar projetos para captação de recursos para as cooperativas.
- Dar suporte às cooperativas de catadores e a cadeia da reciclagem.

Face ao exposto no quadro, fazemos uma breve análise do Projeto RIPER, sob a ótica da inserção do Serviço Social no Núcleo de Solidariedade Técnica UFRJ. Ao analisar o Projeto, os seus objetivos e as suas ações contidas na proposta de submissão no formulário de cadastro de Projeto de Extensão (PROEXT 2014), no período de 01/01/2014 à 31/12/2014, observam-se algumas correlações com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8662/93) no que tange às competências e atribuições e também os princípios presentes no Código de Ética Profissional do mesmo ano.

No que diz respeito às competências do Assistente Social, regulamentadas no Artigo 4º da Lei 8662/93, identifica-se primeiro: “*a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares*”, ou seja, coaduna com a ação do projeto RIPER, exemplificada aqui por “*Elaborar um diagnóstico situacional de cada uma das cooperativas assessoradas*”. Vemos com isso a compatibilidade na perspectiva de trabalho.

O segundo item, “*encaminhamento de providências, e de prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população*”; a partir da inserção do profissional no Núcleo, pode prestar informações sobre o projeto que está inserido, bem como outros direitos e benefícios a que aquela população pode acessar. Mesmo que essa atividade não esteja explicitada no Projeto RIPER, com a atuação do profissional, poderia passar a estar contemplada de forma exata.

O terceiro elemento que identificamos na legislação profissional: “*planejamento, organização e administração de benefícios e Serviços Sociais entre outros*”. Parece-nos que todas as ações elencadas no projeto se relacionam a essa atribuição, mas destacamos: “*Dar suporte ao Fórum da Reciclagem, fortalecendo o elo mais frágil da cadeia que são as cooperativas de catadores*” e “*Fazer o levantamento de dados junto às cooperativas*” como questões que estariam contempladas no planejamento, bem como na organização de direitos e benefícios. Refere-se ao trabalho relacionado à gestão, ao caráter propositivo da ação profissional que deve ser mais aprofundado pela categoria.

Em relação às atribuições privativas dos Assistentes Sociais, apresentadas no Artigo 5º da Lei 8662/93, pode-se observar o primeiro aspecto como, “*coordenar, elaborar, executar, supervisionar, e a avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social*”, isto é, todas essas atividades são possíveis de serem desenvolvidas no Núcleo ou em outros projetos de extensão desde que haja adesão da equipe, da coordenação e condições objetivas como recursos físicos e humanos para tal; neste caso, o SOLTEC possui uma relativa condição material com sala, equipamentos e alguns recursos materiais à disposição da equipe proveniente dos editais ou conseguidos com setores da universidade.

Tendo em vista os princípios contidos no Código de Ética e as ações desenvolvidas no Projeto da RIPER, decidimos neste trabalho refletir sobre as

possíveis ações e atuação de um (a) assistente social no Núcleo, levando em consideração as atuais características e princípios do mesmo. Sendo assim, de acordo com a síntese das informações, pode-se levantar alguns dados, como veremos a seguir.

De acordo com os itens selecionados e citados no quadro de ações e atividades para análise, podem-se inferir as seguintes informações: O profissional pode realizar, para além das ações já citadas anteriormente, em acordo com as legislações concernentes à profissão, as atribuições que nos Projetos são definidas como de responsabilidade dos bolsistas; essa atribuição se dá devido ao recebimento da *bolsa de extensão*²⁰, porém, é sabido que os mesmos não vão desempenhar essas atividades sem acompanhamento, portanto, poderá o assistente social dirigir as ações que serão acompanhadas pelos bolsistas de Serviço Social e de outras áreas. Elencamos algumas das atividades constantes no projeto: “*realização do levantamento do perfil dos usuários participantes dos programas e projetos*”; de acordo com instrumento técnico construído, nesse projeto, o público-alvo são os catadores e as cooperativas. Vê-se, deste modo, a imprescindibilidade dessa ação de pesquisa sobre a população atendida pelo projeto.

²⁰ Atualmente o valor da bolsa de extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro é de R\$ 400 reais para 20 horas semanais.

4.2 Análise dos Projetos do SOLTEC – Projeto SOLTEC

Apresentação

O SOLTEC/UFRJ é um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e ensino, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

O SOLTEC trabalhará com os seguintes projetos:

- Tecnologias da Informação para Fins Sociais (TIFS).
- Laboratório de Informática para a Educação (LipE).
- Comunicação Comunitária e Novas Tecnologias.
- Mapeamento energético para aproveitamento de fontes alternativas em Paraty e Cabo Frio.
- Pesquisa Ação e Extensão Economia Popular Urbana (PEPU).
- Democracia Participativa e Poder Popular na América Latina (PPAL).
- Assessoria de gestão e produção na COOPATERRA.

Objetivos

- Apoiar e desenvolver tecnicamente projetos sociais e solidários, por meio de metodologia participativa, no âmbito local-global;
- Desenvolver conceitos e metodologias específicas no campo da Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário;
- Mobilizar e conscientizar os estudantes, desenvolvendo competências sociotécnicas, estimulando-os a participar de atividades e projetos de extensão que contribuam para a promoção do desenvolvimento e inclusão social;
- Fortalecer as ações locais e regionais no estado do Rio de Janeiro e apoiar movimentos sociais na construção de políticas públicas em âmbito nacional.
- Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo dos conteúdos e das práticas de ensino nas disciplinas:

Atividades

- Participar da articulação com outras organizações e movimentos sociais que estão inseridas na luta pela reforma política no país.

- Participar dos espaços formativos do SOLTEC, em especial aqueles sobre Economia Popular Urbana e Economia Social Solidária;
- Participar na análise do aparato institucional (programas, projetos, órgãos) em apoio às iniciativas da Economia Social Solidária e da Economia Popular Urbana. - Atuar em pesquisa e extensão junto aos empreendimentos coletivos populares priorizados no projeto Pesquisa e Extensão em Economia Popular Urbana, contribuindo para identificar gargalos e estímulos aos mesmos.
- Participar das atividades de planejamento e avaliação do projeto.
- Participar em atividades de formação dos bolsistas, disciplinas e seminários.

De acordo com o quadro acima, segue uma breve análise do Projeto do SOLTEC, sob a ótica da inserção do Serviço Social no Núcleo de Solidariedade Técnica UFRJ.

O Projeto em evidência os seus objetivos e as suas ações contidas na proposta de submissão no formulário de cadastro de Projeto de Extensão (PROEXT 2014), para o período de 01/01/2016 à 31/12/2017, uma previsão, portanto.

Aqui faremos uso da mesma metodologia de análise relacionando o texto do projeto com a Lei de Regulamentação da profissão, por meio das competências e atribuições dos assistentes sociais e dos princípios presentes no Código de Ética.

Tem-se logo como um dos princípios do Código de Ética a *“articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”*, e, conforme os objetivos e ações propostas no Projeto, percebe-se a busca pela aproximação dos movimentos sociais e outras organizações na perspectiva pela luta coletiva dos direitos dos trabalhadores, por exemplo, no item *“Participar da articulação com outras organizações e movimentos sociais que estão inseridas na luta pela reforma política no país”*; vemos, com isso, a compatibilidade na perspectiva que o orienta o trabalho profissional e o projeto do Núcleo.

No que diz respeito às competências do Assistente Social, regulamentadas no Artigo 4º da Lei 8662/93, tem-se: *“prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, político e sociais da coletividade”*. Observa-se que esta perspectiva contida na

regulamentação da profissão pode ser observada na ação de *“Mobilizar e conscientizar os estudantes, desenvolvendo competências sociotécnicas, estimulando-os a participar de atividades e projetos de extensão que contribuam para a promoção do desenvolvimento e inclusão social”*, ação essa que integra o texto do Núcleo e na qual o profissional poderia estar inserido e desenvolvendo sua atividade.

Em relação às atribuições privativas dos assistente sociais, apresentadas no Artigo 5º da mesma lei, pode-se observar um primeiro aspecto: *“coordenar, elaborar, executar, supervisionar, e a avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social”*; diante disso, consideramos que, no Núcleo, o profissional pode atuar na análise de programas, projetos, através da infraestrutura que já tem, bem como colaborar na elaboração de novos projetos. O texto do Projeto ainda aponta: *“Atuar em pesquisa e extensão junto aos empreendimentos coletivos populares priorizados no projeto Pesquisa e Extensão em Economia Popular Urbana, contribuindo para identificar gargalos e estímulos aos mesmos”* e *“Participar das atividades de planejamento e avaliação do projeto”*. Afirma-se aqui a possibilidade de atuação do profissional em questão em atividades de pesquisa e extensão, bem como nas atividades de formação dos bolsistas, em disciplinas e seminários de extensão.

De acordo com os itens citados no quadro de ações e atividades para análise, pode-se inferir as seguintes informações: o profissional pode auxiliar nas ações realizadas pelo Núcleo através dos projetos sociais escolhidos pela organização, como também, a realização do levantamento do perfil dos usuários participantes dos programas e projetos de acordo com instrumento técnico construído. Além disso, em seu cotidiano, estimular a prática profissional interdisciplinar neste espaço sócio-ocupacional.

As análises foram realizadas levando em consideração os princípios contidos no Código de Ética de 1993 e da Lei 8662/93 como documentos que expressam e dão concretude ao projeto profissional do Serviço Social hegemônico em nossa formação profissional, especialmente na UFRJ, que sustenta a necessidade de os profissionais agir por meio de ações democráticas, como a socialização das informações sobre direitos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, assegurando a universalidade e acesso aos bens e serviços relativos aos programas e as políticas sociais, bem como o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

As reflexões realizadas no curso de Serviço Social demonstram que os espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais são produtos históricos, com mudanças ao longo de sua trajetória. Atualmente, temos uma ampliação de novos campos de atuação para além da mera execução de programas, projetos e benefícios sociais, abrindo-se para “novas” áreas como a assessoria, o planejamento e gestão.

No que se refere às atribuições profissionais, os assistentes sociais estão sendo demandados nestes novos espaços profissionais para atuar na gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais” (ALENCAR, 2009, p.13)

Nesse sentido, destacamos que um elemento central para a qualificação e aprimoramento do trabalho é a permanente capacitação, também tendo em vista que essas atividades não são exclusivas do Assistente Social e, por isso, esse profissional precisa estar habilitado a exercê-las com qualidade técnica, teórica e política. Dessa forma, é possível identificar novas demandas para o Serviço Social que trazem desafios de articulação da teoria e prática, que podem se dar também através da extensão, necessitando o fortalecimento de ações já existentes, sob a base de conhecimentos calcada na realidade das condições de vida dos trabalhadores e dê espaços de organização coletiva.

5. Considerações finais

Neste trabalho, realizou-se uma discussão introdutória sobre a trajetória do Serviço Social, levando em consideração alguns aspectos, tais como: a herança conservadora presente no Serviço Social até chegar na exposição sobre a construção do chamado projeto ético político da profissão. Em seguida, apresentaram-se alguns apontamentos sobre a economia solidária, a caracterização da instituição envolvida aqui, o SOLTEC/UFRJ, e, por fim, a análise da possibilidade de intervenção profissional do assistente social no SOLTEC por meio do texto de dois projetos do Núcleo, relacionando-os com as competências e atribuições do assistente social, conforme orientado pela Lei de Regulamentação da profissão (8662/93) e o Código de Ética do mesmo ano.

A seguir destacamos alguns elementos apreendidos durante a experiência do Serviço Social no SOLTEC e fundamentalmente com a elaboração deste trabalho. Identificamos aspectos positivos em relação à oportunidade de ação do Serviço Social no SOLTEC: primeiro, mencionamos a compreensão da atuação do profissional, levando em consideração as possibilidades de articulação entre teoria/prática através da extensão universitária. Com o fortalecimento de ações já existentes e fomento a novas iniciativas, pode ser um campo próspero para o desenvolvimento de ações que não estejam calcadas em ações assistenciais, como tradicionalmente ocorre quando se demanda a atividade do Serviço Social.

Em segundo lugar, apresenta-se a oportunidade que o profissional possui de se apropriar de novas ferramentas de trabalho. Esse campo propicia o conhecimento de novas ferramentas que auxiliam na criação de dados para atuação do assistente social no trabalho de campo e sistematização de informações em geral, especialmente para a pesquisa. A partir disso, a contribuição na formação dos estudantes, colaborando para o aprendizado de novos recursos técnicos que visem ampliar e aperfeiçoar o desenvolvimento das habilidades profissionais.

Por fim, e não menos importante, a presença do assistente social possibilita a realização do estágio supervisionado dentro da extensão, oportunizando essa experiência aos estudantes num espaço de intervenção diferenciado. Dentro da perspectiva interdisciplinar que se propõe, aproximar-se de um ambiente

autogestionário, com relações mais democráticas e participativas pode reproduzir uma via mais horizontal de trabalho.

Se anteriormente foram citados aspectos positivos, agora observam-se aspectos negativos que podem ter colaborado para que a experiência de introdução do profissional no Núcleo não tenha permanecido após o primeiro semestre do ano de 2015. O primeiro, é que devido à quantidade significativa de projetos e programas existentes no Núcleo, dificultou-se a identificação das demandas específicas do Serviço Social na tentativa de inserção recente. Isso pode ser uma situação comum quando se trata de um novo espaço sócio-ocupacional, numa área diferenciada, com conceitos de trabalho ainda com pouca incidência na área.

O segundo pode-se referir à infraestrutura do Núcleo, que, em seu espaço físico, não comporta sala para atendimento individualizado com a garantia integral do direito ao sigilo profissional. Nesse caso, haveria necessidade de reservar outra sala, ou se deslocar para a sede do NIDES, enfim, buscar um espaço mais adequado à prática dos atendimentos na forma com a qual o serviço Social age institucionalmente, e que não haja inserção da (o) assistente social de forma precarizada e com remuneração e condições de trabalho contrárias a sua formação e normatização.

Em terceiro observamos a falta de material para uma leitura específica do campo relacionada ao Serviço Social no âmbito da graduação, e assim, favorecer a identificação das suas possibilidades, desafios e reconhecer quem são os possíveis usuários do Serviço Social, entendendo-os enquanto indivíduos, mas também como coletivos, sejam mais ou menos organizados politicamente. Um exemplo disso é o próprio debate da economia solidária que precisa ser mais incorporado na área do Serviço Social, entendendo-o em suas particularidades por se dar ainda no contexto da sociedade capitalista.

O quarto elemento é a dificuldade de elaboração dos projetos por uma equipe interdisciplinar, pois, devido aos prazos curtos e às exigências solicitadas pelos financiadores da extensão (que são decorrentes dos poucos editais da UFRJ e do Ministério da educação), na maioria das vezes, os projetos são elaborados por um grupo pequeno de pessoas, ou somente pelos coordenadores, então posteriormente se observarão lacunas. Sendo que, na sua execução, tem-se profissionais de diversas

áreas da universidade, e algumas dessas fragilidades no que se refere às atribuições de cada área ainda poderão ser incorporadas.

Mesmo que a experiência recente tenha sido interrompida por iniciativa do profissional, acreditamos que o Núcleo seja um campo em potencial para o Serviço Social, ainda que um pouco incomum por se dar exclusivamente na extensão universitária. Com nosso estudo, ficam visíveis várias relações dos temas e ações do Núcleo com o projeto profissional do Serviço Social. Percebe-se que está num campo político que coaduna com valores presentes em nosso Código de Ética, por exemplo. Mesmo quando usa conceitos com pouca inserção na base profissional e no debate acadêmico, como é o caso da economia solidária, da autogestão ou mesmo de recursos técnicos ainda pouco explorados pelo corpo social da profissão.

Além disso, ressalto que este trabalho e suas demais reflexões, me auxiliaram na compreensão, na interlocução do Serviço Social nas possíveis atividades do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC), na UFRJ, em que devemos estar unidos a um projeto societário, compreendendo a sua importância política, e o papel da extensão universitária.

Diante do que foi apresentado neste trabalho, não cabe aqui esgotar o tema, mas sim refletir sobre a possibilidade da atuação do assistente social nesta área, demonstrar a ausência de informações sobre o Serviço Social e a economia solidária, bem como, reforçar as possíveis contribuições para o fortalecimento de ações sociais junto às organizações populares com base na regulamentação, nos valores e princípios concernentes a profissão da (o) assistente social.

No percurso deste trabalho, encontrou-se alguns desafios, dentre eles, o principal diz respeito à abordagem sobre a economia solidária e na interpretação da mesma. Este fato ocorreu por se tratar de assunto não discutido de forma abrangente no âmbito da graduação do Serviço Social.

Destaca-se o espaço da extensão universitária e a oportunidade de pensar o Serviço Social neste campo e, com isso, poder efetivar e fortalecer as ações já existentes nos projetos e proporcionar novas ações.

6. Referências bibliográficas

ADDOR, F.; LIANZA S. (org). Percursos na extensão universitária: saindo da torre de marfim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Faperj, 2015.

ADUFRJ. “UFRJ sob asfixia financeira”. In: Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ. Ano XIV nº 908. Outubro de 2015 Disponível em: <http://issuu.com/adufrj/docs/13102015/1>. Acessado em: Out. 2015.

Atlas da Economia Solidária. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 22 maio 2015, 21:30.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do Assistente Social nas organizações privadas não lucrativas. In: Serviço Social direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva & TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, M. Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CRESS 7a Região. (Org.). Assistente Social: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções. 5 ed. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008, v. I, p. 78-85.

BRASIL/MDS. Plano Brasil sem Miséria. Caderno de Resultados 2011-2014. Janeiro de 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegrafico/sbsm-35anos.pdf. Acessado em: abr. 2015.

BRASIL. Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Decreto nº7.492, de 2 de junho de 2011.

_____. Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUASTRABALHO. Diário Oficial da União, Brasília, v.130, p.81, 6 jul. 2012.

COELHO, Marilene. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. Editora Lumen Juris, 1ª Ed, 2013.

CFESS. Código de Ética profissional do Assistente Social – 1993. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 1993.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O que é Economia Solidária. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acessado em: mar. 2015.

GADOTTI, Moacir. Economia Solidária como Práxis Pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOERCK, Caroline. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Editor: Jorge Zahar 2002.

HENRIQUES, Flávio Chedid. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?
In: Revista Latitude, Vol. 8, nº 1, p. 63-91, 2014.

_____. NEPOMUCENO, Vicente. O conceito de tecnologia: reflexões para a prática da extensão universitária na área tecnológica. In: Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista. Orgs. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A questão social no capitalismo. In: Revista Temporalis. Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social. nº3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

LIANZA, Sidney e ADDOR, Felipe (Org). Tecnologia para o Desenvolvimento Social e Solidário. Porto Alegre: Ed. UFRG, 2005.

MEDEIROS, T.; Oliveira, T.; Oliveira, J.; CARVALHO, R. A gestão de projetos sociais e solidários num núcleo de extensão. Anais do 10º Congresso de Extensão, Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

_____. MEDEIROS, T. Um relato de experiência no Núcleo de Solidariedade Técnica UM (SOLTEC/UFRJ) e suas interlocuções. In: Caderno de resumos do XI Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social – ENEDS. Instituto Federal do Pará (IFPA – Campus Castanhal). Organizado por Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Belém, 24 a 26 de set. 2014.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional (1º módulo de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

_____. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 8ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 16ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n.84, novembro de 2005. Páginas 5-18.

NEVES, Daniela. Economia solidária e serviço social no Brasil. 1ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social (NIDES). Disponível em: <http://nides.ufrj.br>. Acesso em: Ago. 2015

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. 3ª edição (Coleção questões da nossa época; v.17) São Paulo: Editora Cortez, 2010.

_____. “Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão – conquista” In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

Política Nacional de Resíduos Sólidos, nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: Jul. 2015

Rede Nacional de Extensão. XXXV Encontro Nacional do Forproext. 2014. Disponível em: www.renex.org.br. Acesso em: Jan. 2015

SILVA, Pereira. A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil: uma contribuição para o debate. In: mercado de trabalho nº 47, maio de 2011

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petropolis: Vozes, 1998.

_____. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, Outubro de 2008, p.13 à 106.

SOUSA, Adrianyce & NEVES, Daniela. Do Congresso da Virada ao projeto éticopolítico: a maturação da intenção de ruptura. In: Revista praia vermelha / Rio de Janeiro, v. 21 nº 2 p. 23-36. Jan-Jul 2012.

SILVEIRA, T.M.P. Escola Técnica de Serviço Social: definição, conceito, finalidade, programa e estatutos. Rio de Janeiro, 1940.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conselho Universitário Resolução nº 05/2015 Regimento do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia da UFRJ.

WELLEN, Henrique. Para a crítica da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

7. ANEXO

1ª Capa do Projeto RIPER

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROJETO DE EXTENSÃO

SIGProj N°: 147849.648.141436.22032013

Introdução

Identificação da Ação

Título: RIPeR -REDE DE INFORMAÇÃO E PESQUISA EM RESÍDUOS

Coordenador: Achilles Junqueira Bourdot Dutra / Docente

Tipo da Ação: Projeto

Edital: PROEXT 2014

Faixa de Valor:

Vinculada à Programa de Extensão? Não

Instituição: UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unidade Geral:	CT - Centro de Tecnologia
Unidade de Origem:	POLI - Escola Politécnica
Início Previsto:	01/01/2014
Término Previsto:	31/12/2014
Possui Recurso Financeiro:	Sim
Gestor:	Antonio Oscar Peixoto Vieira / Técnico
Órgão Financeiro:	Conta Única

2ª Capa do Projeto SOLTEC

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO**

Introdução

Identificação da Ação

Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação: **2000 horas**

Justificativa da Carga Horária: Os projetos do Programa SOLTEC/UFRJ desenvolvem várias atividades: Pesquisa, trabalho de campo, orientação discente, elaboração, monitoramento e avaliação de projetos, elaboração de material para formação, formação da equipe, formação dos professores, elaboração de relatórios etc. 40 hs x 4 semanas x 12 meses, então a

carga horária é aproximadamente 2000 horas.

Periodicidade: Permanente/Semanal

A Ação é Curricular? Sim

Abrangência: Regional

Tem Limite de Vagas? Não

Local de Realização: Programa Soltec:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO JANEIRO Av.
Athos da
Silveira Ramos 149 - Campus Cidade Universitária - Ilha
do
Fundão - Ligação ABC, sala ABC112 (fundos do Bloco
B) e sala
F122 do CT Rio de Janeiro, RJ CEP: 21941-909
Brasil Projeto PAPESCA: Macaé, Cabo Frio, Angra
e Paraty.
Projeto TIFS: Cidade de Deus / Rio de Janeiro
Projeto LIPE: Escolas municipais e escolas técnicas
estaduais do
Rio de Janeiro
Projeto Comunicação Comunitária: Cidade de Deus /
Rio de Janeiro
Projeto Lafae: Pouso de Cajaiba / Paraty



Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

PLANO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL/2014.2

Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social do Centro de Tecnologia

Localização: Centro de Tecnologia – Bloco A sala 112 Tel.: 3938-7780

Supervisora: Assistente Social – Vanda Borges de Souza (vanda@ct.ufrj.br), Mestre em Serviço Social, especialização em Recursos Humanos, Administração Pública e Neurociências Aplicada à Aprendizagem.

Apresentação

O atual campo de estágio, **Núcleo Interdisciplinar para Desenvolvimento Social – NIDES**, constitui-se como órgão suplementar do Centro de Tecnologia que atua na linha da extensão, pesquisa e ensino no tema Tecnologia e Desenvolvimento Social. Esse avanço institucional apresenta um desafio de consolidação da articulação dos grupos envolvidos e de criação de uma infraestrutura adequada para a continuidade dos projetos e para a criação de um cenário favorável à abertura de novos projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Dentre os grupos que compõe o NIDES, o Serviço Social integra o SOLTEC-Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), que é um Programa Interdisciplinar de Extensão - da Pró-Reitoria de Extensão - Pesquisa e Formação, que desenvolve

projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

Em sua esfera de atenção o SOLTEC desenvolve os Subprogramas de:

“Pesquisa-Ação na cadeia produtiva da Pesca” - PAPESCA que desenvolve as de: articulação política para a realização de planos territoriais; apoio a empreendimentos econômicos solidários; formação técnica e política de trabalhadores; elaboração de políticas públicas de forma participativa e dialógica.

Atualmente as linhas de pesquisa e extensão da PAPESCA são: - Gestão Compartilhada de Recursos Naturais; Sustentabilidade da Cadeia Produtiva da Pesca; Biologia Reprodutiva; Segurança Alimentar e Alimento Seguro.

O outro programa que compõe o SOLTEC é o de “Tecnologias da Informação para Fins Sociais”, cujo foco está no campo da extensão, tendo como principais projetos o desenvolvimento do Portal Comunitário da Cidade de Deus (www.cidadededeus.org.br) e a colaboração no desenvolvimento do sistema de informação da economia solidária Cirandas (www.cirandas.net). No campo da pesquisa, trabalha com conceitos como Participatory Design, Pesquisa-Ação, Tecnologias Sociais, Software Livre, Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade e Teoria Crítica da Tecnologia, sistematizando e produzindo novos conhecimentos que são disseminados através de artigos para congressos e revistas e no campo do ensino, oferece a disciplina de Software Livre e Metodologias Participativas e cursos de extensão voltados para movimentos sociais e organizações comunitárias sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação de forma crítica e transformadora.

Além desse dois grandes programas, o SOLTEC desenvolve projetos de ações temporárias com caráter educativo, social, cultural científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado; são eles: Laboratório de Informática para a Educação – LIpE – cuja proposta é de atuação na educação, utilizando a Informática Educacional como uma ferramenta a mais para o ensino em uma perspectiva transformadora. A Comunicação Comunitária é outro projeto que atua por meio do curso de extensão "Análise crítica dos meios de comunicação" na Cidade de Deus,

onde a O curso deu origem ao jornal comunitário 'A notícia por quem vive', produzido inicialmente como trabalho final e adotado pelo grupo de formandos como um projeto comunitário. A equipe do SOLTEC atua dando assessoria à produção do jornal e à organização do grupo, bem como produzindo conhecimento acerca da Comunicação Comunitária e Democratização da Comunicação através da pesquisa acadêmica. E por fim o projeto "Empresas Recuperadas por trabalhadores no Brasil" onde o SOLTEC realizou uma pesquisa de abrangência nacional, com apoio do CNPq, sobre as experiências de empresas que passaram por processos de falência e foram recuperadas por seus trabalhadores. A pesquisa abordou doze eixos, envolvendo questões sobre: o processo de recuperação; a situação jurídica das empresas; o perfil dos trabalhadores; a produção e a tecnologia; o perfil organizacional; o processo de comercialização e de busca por crédito; e a relação com os movimentos sociais, os sindicatos e o Estado.

Objetivos do Estágio

Entendido como um espaço de atuação nas áreas de Tecnologia Social e da Economia Solidária como citado anteriormente, a intervenção do Serviço Social desenvolvida no NIDES, tem por objetivo; estabelecer uma aproximação com os usuários dos programas e projetos por meio das seguintes atividades:

Realizar levantamento do perfil dos usuários participantes dos programas e projetos de acordo com instrumento técnico construído.

Acompanhar e avaliar a viabilidade do projeto para o usuário e sua comunidade;

Participar das discussões relacionadas às decisões dos programas e projetos existentes.

Identificar novas demandas para o Serviço Social por meio de visitas de campo.

Justificativa

A abertura deste campo de estágio, constitui-se no reconhecimento da de aproximação cotidiana com a realidade do Serviço Social e de seus usuários que este

setor pode propiciar ao estagiário. Comprometidos com a qualidade da formação profissional, espera-se também, que os alunos inseridos neste campo possam ao final da experiência vivenciada no campo de estágio ter desenvolvido competências técnicas e operativas que contribuam para que seja um

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1996, p. 27).

Desta forma, entendemos que a relevância do estágio no processo de formação profissional não está situada apenas no atendimento de exigências formais ou cumprimento de uma grade curricular simplesmente, mas, sobretudo, no compromisso com a efetivação de seu projeto político pedagógico estabelecido pela instituição acadêmica, como de forma a alcançar o perfil profissional projetado.

Caracterização do campo de Estágio

Área de Atuação: Trabalho (Desenvolvimento Social)

Duração Prevista: 1 semestre

Carga Horária Semanal: 20 horas

Atividades para os estagiários

As atividades dos estagiários compreendem:

Participação no curso de formação/seleção realizado pelo SOLTEC e conhecimento da equipe interdisciplinar;

Participação nas atividades de gestão com equipe interdisciplinar;

Leitura de textos relacionados à políticas institucionais, planos e legislação pertinente à área do campo de estágio;

Observação participante do estagiário, quanto ao cotidiano institucional e da intervenção do Serviço Social;

Elaboração de relatórios das atividades participadas com a análise crítica da atuação do Serviço Social;

Participação em atividades acadêmicas, culturais, institucionais e artísticas desenvolvidas na instituição;

Elaboração e/ou participação nas oficinas existentes;

Construção e/ou aperfeiçoamento de instrumentos que contribuam para melhoria das atividades desenvolvidas.

Divulgação das ações do Serviço Social por meios das mídias (site, e-mail, boletim informativo, jornal entre outros) existentes no SOLTEC.

Metodologia de Supervisão

Apresentação das demandas e atividades do Serviço Social no NIDES/SOLTEC;

Leitura de textos relacionados às demandas da intervenção do Serviço Social;

Participação em eventos específicos da área do campo de estágio e outros fóruns afins à categoria profissional;

Avaliação através de reuniões semanais da intervenção do Serviço Social das demandas surgida.

Referências bibliográficas:

ABEPSS – Política Nacional de Estágio – versão final,2009, disponível em WWW.abepss.org.br/briefing/graduacao/politica_nacional_estagio.pdf

____. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*,1996. Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php. Acesso em: 03 fev 2013.

BRASIL. *Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm., Acesso em:

20 out 2013.

CFESS, Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

_____. *Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão*. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 20 Ago 2012.

_____. *Cartilha Estágio Supervisionado - Meia formação não garante um direito*.

2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIOSUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 14 maio 2013.

GUERRA, Yolanda – Instrumentalidad Del proceso de Trabajo y Servicio Social – (resumo apresentação)- XVIII Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social. La cuestión Social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 2004.

LEWGOY, B. M. Alzira e SCAVONI, A.L.M. - Revista Virtual Textos & Contextos, nº 1, ano I, nov. 2002 – Supervisão em Serviço Social: A Formação do Olhar Ampliando. Metodologia do Serviço Social Brasileiro – Fonte: Webartigos.com

PEREIRA, H. Elaine - A Visita Institucional como Instrumento Técnico-Operativo do Serviço Social na Ministério Público do Paraná.

PONTES, R.N. – Mediação e Serviço Social, São Paulo, Cortez, 1995.

SEVERINO, A.J. Serviço Social e Interdisciplinaridade - Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 1989.

SUGUIHIRO, V.L.T.- A Ação Investigativa na Prática Cotidiana do Assistente Social- Fonte: http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_invest.htm.

VASCONCELOS, E.M. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 54, 1997, p.132157.

